



COMISSÃO INTERGESTORES BIPARTITE – CIB/BAHIA

RELATÓRIO

2007 - 2014

ELABORAÇÃO DO RELATÓRIO CIB 2007-2014

Secretaria Executiva da CIB

Núcleo administrativo

Apoio administrativo

Núcleo Técnico

MEMBROS CIB 2014

COORDENADOR DA CIB

Washington Luís Silva Couto

Suplente: Alcina Marta de Souza Andrade

COORDENADOR ADJUNTO

Raul Moreira Molina Barrios

Suplente: Stela dos Santos Souza

REPRESENTANTE DO ESTADO

Suzana Cristina Silva Ribeiro

Suplente: Daniela Neves Castellucci

REPRESENTANTE DO ESTADO

Gisélia Santana Souza

Suplente: Chaider Gonçalves Andrade

REPRESENTANTE DO ESTADO

Andrés Castro Alonso Filho

Suplente: Robério Santos Barros

REPRESENTANTE DO ESTADO

Paulo José Bastos Barbosa

Suplente: Washington Luiz Abreu de Jesus

REPRESENTANTE DO COSEMS

José Antônio Rodrigues Alves

Suplente: Fabiano Ribeiro Dos Santos

REPRESENTANTE DO COSEMS

Ivonildo Dourado Bastos

Suplente: Cynthia Lopes Abreu Marques

REPRESENTANTE DO COSEMS

Joseane Mota Bonfim

Suplente: Aldecy de Almeida Bezerra Silva

EQUIPE DA SECRETARIA EXECUTIVA DA CIB

Núcleo administrativo: Alane Ribeiro, Eliana Alves, Silvana Moura Rodrigues.

Apoio administrativo: Laiane Araújo, Michele Martins, Valdeci Modesto.

Núcleo Técnico: Fátima Valverde e Nanci Salles.

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO

1. METODOLOGIA

- 1.1 Informações gerais sobre a atuação da CIB-BA no período de 2007 a 2014;
- 1.2 Organização das resoluções por **área temática** nos referidos anos;
- 1.3 Organização das resoluções das áreas temáticas por **subtemas** e por **agrupamento dos assuntos de ordem geral** relacionados a cada área temática no período;
- 1.4 Organização das resoluções de cada subtema e agrupamento dos assuntos **de** ordem geral relacionados à área temática **por categoria e subcategoria** que representam fatores que motivaram as resoluções no período.

2. INFORMAÇÕES GERAIS SOBRE A ATUAÇÃO DA CIB NO PERÍODO DE 01/01/2007 A 31/12/2014

- 2.1 Composição da CIB-BA no período;
- 2.2 Participação dos representantes da SESAB e do COSEMS nas reuniões da CIB-BA no período;
- 2.3 Lógica de organização das Pautas da CIB no período de 2007-2014;
- 2.4 Caráter ordinário e extraordinário das reuniões da CIB-BA ocorridas no período;
- 2.5 Resoluções CIB-BA publicadas no período por área temática e por ano;
- 2.6 Quadro geral dos principais assuntos debatidos em reuniões da CIB no período.

3. RESOLUÇÕES CIB-BA POR ÁREA TEMÁTICA, SUBTEMA, CATEGORIAS E SUBCATEGORIAS, PUBLICADAS NO PERÍODO DE 01/01/2007 A 31/12/2014

3.1 GESTÃO

3.2 GESTÃO DO TRABALHO E EDUCAÇÃO PERMANENTE

3.3 ATENÇÃO BÁSICA

3.4 ATENÇÃO ESPECIALIZADA

3.5 ASSISTÊNCIA FARMACEUTICA

3.6 VIGILÂNCIA E PROTEÇÃO DA SAÚDE

4. ANÁLISE DOS DADOS

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

6. APÊNDICE

APRESENTAÇÃO

A Comissão Intergestores Bipartite da Bahia – CIB/BA, criada em 1993, completou 20 anos de existência em 2013, mais precisamente no dia 21 de junho, data em que foi instituída, mediante a Portaria nº. 2.094, publicada no Diário Oficial do Estado de 22 de junho do referido ano.

Com um começo tímido, nessas duas décadas a CIB-BA vem apresentando um *crescendum* no seu aprimoramento, avançando nas principais linhas de atuação da saúde do Estado da Bahia de forma integrada, consensuada entre os entes federados do Estado e em caráter deliberativo.

Conformado paritariamente pelo gestor estadual e seus representantes e pelos gestores municipais, na condição de representantes das duas instâncias de governo para conduzir o Sistema Único de Saúde no Estado, este fórum de pactuação vem atuando na direção de um dos principais preceitos do SUS, o da prática de uma gestão em parceria entre os entes estadual e municipal.

Dessa forma, este espaço deliberativo tem buscado contemplar as necessidades e prioridades da saúde no Estado, sob a égide dos princípios norteadores do SUS, principalmente no que diz respeito à transparência das suas negociações e pactuações.

É, pois, com este propósito, que a Secretaria Executiva desta CIB do Estado da Bahia está disponibilizando este Relatório, referente ao período de 2007 a 2014, no intuito de difundir o resultado do seu trabalho.

O Relatório buscou este resultado de forma concisa, porém abrangente, no que diz respeito ao asseguramento da transparência na divulgação das deliberações ocorridas nesse espaço, em todas as áreas temáticas e aspectos abordados no decorrer das reuniões realizadas no referido período.

1. METODOLOGIA

Coerentemente com o propósito apresentado para este Relatório, a metodologia se respaldou na objetividade e na clareza do seu conteúdo, tendo sido utilizado para a coleta dos dados, o índice de resoluções da CIB, as Atas e os roteiros de reuniões de 2007-2014. Este material foi categorizado e analisado para composição deste relatório.

Para tanto este Relatório inicia-se com informações de ordem geral sobre a atuação da CIB-BA no período, abordando sua composição, o quantitativo de reuniões ocorridas, bem como a participação de seus membros nas reuniões.

Em seguida são apresentados os temas do SUS mais discutidos nesse espaço no decorrer do período, constituindo-se assim nas **áreas temáticas** que foram organizadas as resoluções.

Ademais, cada uma destas áreas temáticas teve as resoluções agrupadas por **subtemas**, que por sua vez se agregaram em **categorias** e **subcategorias**.

1.1. Informações gerais sobre a atuação da CIB-BA no período de 2007 a 2014

As informações gerais sobre a atuação da CIB-BA de 2007 a 2014 incluíram a composição dos membros da CIB por ano (Apêndice A), o quantitativo de reuniões

ocorridas, em caráter ordinário e extraordinário, bem como o percentual das mesmas em relação ao calendário de reuniões de cada ano contemplado.

A participação dos representantes da SESAB e do COSEMS/BA na CIB-BA foi computada a partir das atas lavradas no decorrer do período, de onde se construiu o quantitativo de participações dos mesmos em cada ano.

Desenhou-se também um quadro geral dos principais assuntos debatidos nas reuniões (Apêndice B), seguindo-se com um consolidado das resoluções publicadas no período e apresentado por área temática e por ano.

1.2. Organização das resoluções por área temática nos referidos anos

As principais deliberações que resultaram em resoluções foram apresentadas em áreas temáticas constituídas pelos grandes temas do SUS discutidos nesse espaço no decorrer do período: Gestão; Gestão do Trabalho e Educação Permanente; Atenção Básica; Redes de Atenção; Atenção Especializada; Assistência Farmacêutica; Vigilância e Proteção da Saúde.

1.3. Organização das resoluções das áreas temáticas por subtemas e agrupamentos dos assuntos de ordem geral relacionados a cada área.

Em cada área temática as resoluções foram agrupadas por **subtemas**, que constituem os principais aspectos, especialidades ou subdivisões de cada área temática. Algumas resoluções abrangeram vários pontos ao mesmo tempo, razão pela qual não se constituiu em um subtema propriamente, mas em um agrupamento de vários subtemas, a exemplo da área temática Atenção Básica, que teve os subtemas PSF, ESF, ESB, USB, ACS e NASF contemplados, em uma só resolução.

Outro agrupamento se formou na área temática da Atenção Especializada, em que foram agregadas resoluções de várias especialidades, programas, políticas, procedimentos de maior complexidade e custo, além de resoluções que foram revogadas.

Para cada área temática os aspectos tratados nas resoluções de cunho mais normativo como portarias, diretrizes, princípios gerais, ou aqueles de caráter mais abrangente para o estado, entre outros, foram agrupados com o título 'Assuntos Gerais', não se constituindo, portanto, um subtema da área temática, mas um agrupamento dos aspectos de ordem geral da área.

1.3.1 Constituição dos subtemas na área temática Gestão:

- Regionalização: aspectos da regionalização no estado, como o desenho geográfico das ações e serviços e a programação de ações e serviços;
- Modalidade de Gestão: formas de gestão, responsabilidades e indicadores pactuados entre gestores municipais e estadual;
- Processo de Gestão: gestão de ações e serviços, relação entre gestores quanto ao controle das ações e serviços de saúde;
- Planejamento: estrutura e fluxo dos instrumentos de gestão, plano de trabalho para apoio ao processo de planejamento;
- Relação Interfederativa: relações entre gestores municipais e estaduais expressas através das instâncias de negociação e pactuação (CIR, CIB) e instrumentos de operacionalização (contribuição CONASEMS);

- Gestão Participativa/ParticipaSUS: projetos para qualificação da gestão estratégica e participativa do SUS por meio de investimentos para ouvidoria, auditoria e controle social;
- Recurso Financeiro: alocação, distribuição, alteração de teto, bom como transferência, repasse e remanejamento de recurso financeiro;
- Informação em saúde: sistemas de informação e rede de informação;
- Apoio à gestão: projetos, programas, planos de apoio à infraestrutura por repasse entre entes ou emenda parlamentar, apoio financeiro para construção de unidade de saúde;
- Regulação: política, contratualização, controle, avaliação de ações e serviços, tratamento fora de domicílio, recursos de investimento e custeio de complexos reguladores.

1.3.2 Constituição dos subtemas na área temática Gestão do Trabalho e Educação Permanente

Nesta área temática ficaram três subtemas:

- Recurso financeiro, política, planos e critérios;
- Qualificação: formação de nível técnico e superior;
- Programas de Gestão do Trabalho e Educação em Saúde: programas que estabelecem parceria entre ensino e serviço.

1.3.3 Constituição dos subtemas na área temática Atenção Básica

Também na Atenção Básica a organização das resoluções se deu com o agrupamento 'assuntos gerais', outro agrupamento correspondente a resoluções que englobaram vários aspectos da Atenção Básica ao mesmo tempo, e em subtemas que representam os grandes movimentos e estratégias, equipamentos e programas desenvolvidos pela Atenção Básica no estado:

- Assuntos gerais;
- Núcleo de Apoio à Saúde da Família – NASF;
- Programa Saúde da Família - PSF/Estratégia Saúde da Família – ESF;
- Agente Comunitário de Saúde – ACS;
- Equipe de Saúde Bucal – ESB;
- PSF/ESF/ESB/USB/ACS/NASF;
- Equipe de Consultório na Rua – EqCR;
- Unidade Odontológica Móvel – UOM;
- Unidade Básica de Saúde – UBS;
- Academia da Saúde – ACD;
- Programa Telessaúde Brasil SUS – TELESSAÚDE;
- Programa de Compensações de Especificidades Regionais – CER;
- Programa de Valorização do Profissional da Atenção Básica – PROVAB;

- Programa Nacional de Melhoria do Acesso e da Qualidade da Atenção Básica – PMAQ-AB.

1.3.4 Constituição dos subtemas na área temática Redes de Atenção

Na área temática Redes de Atenção, as resoluções ficaram organizadas no grupo das questões de ordem geral das redes no estado e os subtemas representando cada rede discutida no estado:

- Assuntos gerais: incluídas aí as resoluções relacionadas ao grupo condutor de redes no estado e outros pontos de ordem geral relativos às redes de atenção, tais como políticas e planos de ação de redes;
- Rede de Atenção Materna e Infantil – RMI;
- Rede de Urgência e Emergência – RUE;
- Rede de Atenção Psicossocial – RAPS;
- Rede de Atenção a Portadores de Deficiência Física – RPDF;
- Rede de Atenção ao Portador de Doenças Crônicas – RPDC.

Ainda na área temática Redes de Atenção, as resoluções referentes às redes de alta complexidade (AC) ficaram também aí incluídas como subtemas, já que foram tratadas também nas reuniões da CIB como redes de atenção em cada uma das especialidades.

- AC/Saúde Auditiva;
- AC/ Cardiovascular;
- AC/Neurologia;
- AC/Queimados;
- AC/ Oncologia;
- AC/Oftalmologia;
- AC/Nefrologia;
- AC/Traumato-ortopedia;
- AC/Terapia Nutricional.

Os procedimentos de alta complexidade da Linha do Cuidado do Sobrepeso e Obesidade se constituíram uma exceção por tratar-se de uma linha de cuidado, razão pela qual foi direcionada para o subtema Rede de Atenção ao Portador de Doenças Crônicas – RAPDC.

1.3.5 Constituição dos subtemas na área temática Atenção Especializada

A área temática Atenção Especializada teve suas resoluções organizadas a partir dos pontos discutidos na CIB em suas várias especialidades, assim como programas, procedimentos de maior complexidade/custo, estratégias e equipamentos para viabilizar a assistência de média e alta complexidade no estado, porém sem se caracterizarem como redes.

Um agrupamento intitulado ‘Outros’ se formou para agregar alguns pontos que, pelo quantitativo reduzido de resoluções, não justificou um subtema para cada.

Trata-se de outras especialidades, programas, políticas, procedimentos de maior complexidade e custo, além das revogações de resoluções sobre alguns procedimentos:

- Atenção à Saúde Bucal;
- Leitos de UTI/UCI/UCINCo/UCINCa/UTIN;
- Cirurgias Eletivas;
- Saúde Auditiva;
- Nefrologia /Terapia Renal Substitutiva – TRS;
- Hospital Filantrópico;
- Hospital de Pequeno Porte – HPP;
- Atenção Domiciliar;
- Cuidados Prolongados;
- Hospital Dia;
- Oftalmologia;
- Transplante de órgãos;
- Traumato-ortopedia;
- Outros.

1.3.6 Constituição dos subtemas na área temática Assistência Farmaceutica

A Assistência Farmaceutica ficou expressa em um só subtema:

- Assistência Farmaceutica Básica.

1.3.7 Constituição dos subtemas na área temática Vigilância e Proteção da Saúde

Para a área temática Vigilância e Proteção da Saúde, as resoluções ficaram organizadas da seguinte maneira:

- Assuntos gerais;
- Recurso Financeiro;
- Vigilância Epidemiológica;
- Saúde do Trabalhador;
- Promoção da Saúde;
- Rede de Laboratório de Saúde Pública - RLSP;
- Vigilância Sanitária e Ambiental.

1.4. Organização das resoluções de cada subtema e agrupamento dos ‘assuntos gerais’ relacionados à área temática, por categorias/subcategorias.

Alguns dos subtemas e dos agrupamentos ‘assuntos gerais’ das áreas temáticas tiveram as resoluções agrupadas por **categorias e subcategorias** que representam fatores que as motivaram, ou seja, fatos, eventos ou pontos específicos

que demandaram publicação de resoluções, conforme recomendações de portarias ministeriais ou estaduais, normas do SUS para credenciamentos, habilitações, homologações etc., bem como outros fatores que levaram à publicação das resoluções no decorrer do período, a exemplo de financiamentos, projetos, convênios, etc.

Algumas categorias se desdobraram em **subcategorias** em função de suas especificidades, a exemplo da categoria PET- Saúde (subtema Programas de Gestão do Trabalho e Educação em Saúde - área temática Gestão do Trabalho e Educação Permanente), que se desdobrou nas **subcategorias** PET - Saúde VS, PET- Saúde Redes e PET- Saúde Mental crack/álcool e outras drogas.

Da mesma forma, a categoria Pacto pela Saúde (do subtema Modalidade de Gestão - área temática Gestão), se desdobrou nas **subcategorias** Pacto pela Vida e Pacto de Gestão.

1.4.1 Categorias/subcategorias que motivaram as resoluções dos subtemas da área temática Gestão:

- **Categorias/subcategorias** do subtema Regionalização:
 - ✓ PDR;
 - ✓ PPI.
- **Categorias/subcategorias** do subtema Modalidade de Gestão:
 - ✓ Pacto pela Saúde e as **subcategorias**:
 - ❖ Pacto pela Vida;
 - ❖ Pacto de Gestão;
 - ✓ Contrato Organizativo de Ação Pública – COAP.
- **Categorias** do subtema Processo de Gestão:
 - ✓ Comando único;
 - ✓ Gestão de unidades/recurso;
 - ✓ Termo de Compromisso entre Entes Públicos – TCEP.
- **Categorias** do subtema Planejamento:
 - ✓ Instrumentos de gestão;
 - ✓ PlanejaSUS.
- **Categorias** do subtema Relação Interfederativa:
 - ✓ Contribuição institucional ao CONASEMS;
 - ✓ CIB;
 - ✓ Relação Interestadual;
 - ✓ Colegiado de Gestão Regional – CGR; Comissão Intergestores Regional – CIR.
- **Categorias** do subtema Gestão Participativa:

- ✓ ParticipaSUS.
- **Categorias do subtema Recurso Financeiro:**
 - ✓ Alocação, realocação, distribuição, redistribuição, restituição de teto.
 - ✓ Alteração, transferência, remanejamento de teto.
- **Categorias do subtema Informação em Saúde:**
 - ✓ Sistemas de Informação;
 - ✓ Rede de Informação.
- **Categorias/subcategorias do subtema Apoio à gestão:**
 - ✓ Apoio à infra estrutura, com as **subcategorias**:
 - ❖ Projetos;
 - ❖ Emenda Parlamentar – EP;
 - ✓ Apoio financeiro;
 - ✓ Projeto Saúde Bahia.
- **Categorias do subtema Regulação:**
 - ✓ Política;
 - ✓ Tratamento fora de domicílio – TFD;
 - ✓ Contratualização, controle e avaliação;
 - ✓ Complexos reguladores.

1.4.2 Categorias/subcategorias que motivaram as resoluções enquadradas em cada subtema da área temática Gestão do Trabalho e Educação Permanente:

- **Categorias do subtema Recurso financeiro; política; planos; critérios:**
- sem categorias/subcategorias.
- **Categorias do subtema Qualificação:**
 - ✓ Nível superior;
 - ✓ Nível Técnico.
- **Categorias/subcategorias do subtema Programas de Gestão do Trabalho e Educação em Saúde:**
 - ✓ PROGESUS;
 - ✓ Pró-Saúde & PET – Saúde;
 - ✓ PET – Saúde com as **subcategorias**:
 - ❖ PET – Saúde
 - ❖ PET – Saúde redes;
 - ❖ PET – Saúde VS;

- ❖ PET – Saúde Saúde Mental/Crack, Álcool e outras Drogas;
- ✓ Comissão de Integração Ensino e Serviço – CIES.

1.4.3 Categorias/subcategorias que motivaram as resoluções de cada subtema da **Atenção Básica:**

- **Categorias** do agrupamento Assuntos gerais:
 - ✓ Diretrizes, princípios, projetos;
 - ✓ FESF.
- **Categorias** do subtema NASF:
 - ✓ Diretrizes, critérios;
 - ✓ Credenciamentos/ descredenciamentos;
 - ✓ Alteração, retificação, conversão de modo/equipe.
- **Categorias** do subtema PSF/ESF:
 - ✓ Credenciamentos/descredenciamentos;
 - ✓ Incentivo financeiro.
- **Categorias** do subtema ACS:
 - ✓ Seleção pública
 - ✓ Credenciamento.
- **Categorias** do subtema ESB:
 - ✓ Credenciamento, implantação, expansão e qualificação;
 - ✓ Alteração de equipe.
- **Categorias** do subtema PSF/ESF/ESB/USB/ACS/NASF:
 - ✓ Implantação; expansão; qualificação; credenciamento; ampliação.
- **Categorias** do subtema Eq CR:
 - ✓ Credenciamento.
- **Categorias** do subtema UOM:
 - ✓ Credenciamento; projeto p/ aquisição do componente móvel.
- **Categorias** do subtema UBS:
 - ✓ Construção;
 - ✓ Reforma;
 - ✓ Ampliação
 - ✓ Alteração de endereço.
- **Categorias** do subtema ACD:

- ✓ Construção;
- ✓ Alteração de endereço.
- **Categorias** do subtema Telessaúde:
 - ✓ Comitê, Núcleo;
 - ✓ Projetos; planos; repasse de recurso.
- **Categorias** do subtema Programa de Compensações de Especificidades Regionais – CER:
 - ✓ Projeto; critérios; relação de municípios.
- **Categorias** do subtema PROVAB:
 - ✓ Planos.
- **Categorias** do subtema PMAQ-AB:
 - ✓ Adesão, acesso às bases de dados.
- **Categorias** do subtema Programa Saúde na Escola – PSE:
 - ✓ Projetos, recursos.

1.4.4 Categorias/subcategorias que motivaram as resoluções em cada subtema da área temática Redes de Atenção:

- **Categorias** do agrupamento Assuntos Gerais:
 - ✓ Grupo Condutor de redes.
 - ✓ Plano de Ação das redes.
- **Categorias/subcategorias** do subtema Rede de Atenção Materna e Infantil - RMI:
 - ✓ PHPN;
 - ✓ Rede Cegonha – RC, com as **subcategorias**:
 - ❖ Planos, GC, recursos;
 - ❖ Habilitação:
- **Categorias** do subtema Rede de Urgência e Emergência - RUE:
 - ✓ Diretrizes, componentes e critérios, planos;
 - ✓ Implantação, habilitação, estruturação;
 - ✓ SAMU;
 - ✓ UPA;
 - ✓ AVC.
- **Categorias** do subtema Rede de Atenção Psicossocial – RAPS:
 - ✓ Planos, rede e recurso financeiro;

- ✓ CAPS;
- ✓ Serviço hospitalar de referência e hospital dia;
- ✓ Serviços Residenciais Terapêuticos – SRT.
- **Categorias** do subtema Rede de Atenção a Portadores de Deficiência Física – RAPDF:
 - ✓ Diretrizes, projetos;
 - ✓ Habilitação/desabilitação.
- **Categorias/subcategorias** do subtema Rede de Atenção ao Portador de Doenças Crônicas – RAPDC:
 - ✓ Qualificação Nacional em Citopatologia na prevenção do câncer do colo do útero – Qualicito;
 - ✓ Linha do Cuidado do Sobrepeso e Obesidade, com as **subcategorias:**
 - ❖ Diretrizes, componentes e critérios;
 - ❖ Habilitação.
 - ✓ Linha de Cuidado da Doença Renal Crônica.
- **Categorias** do subtema Rede de Alta Complexidade/AC Saúde Auditiva:
 - ✓ Habilitação, credenciamento.
- **Categorias** do subtema Rede de Alta Complexidade/AC Cardiovascular:
 - ✓ Habilitação, solicitação de habilitação.
- **Categorias** do subtema Rede de Alta Complexidade/AC Neurologia:
 - ✓ Rede;
 - ✓ Habilitação, desabilitação, credenciamento (neurologia e neurocirurgia).
- **Categorias** do subtema Rede de Alta Complexidade/AC Queimados:
 - ✓ Rede;
 - ✓ Habilitação.
- **Categorias** do subtema Rede de Alta Complexidade /AC Oncologia:
 - ✓ Rede;
 - ✓ Estruturação física e financeira;
 - ✓ CACON, UNACON, outros serviços.
- **Categorias** do subtema Rede de Alta Complexidade/AC Oftalmologia:

- ✓ Rede;
- ✓ Habilitação, solicitação, inclusão de serviço;
- ✓ Reabilitação visual.
- **Categorias** do subtema Rede de Alta Complexidade/AC Nefrologia:
 - ✓ Habilitação.
- **Categorias** do subtema Rede de Alta Complexidade/AC Traumatologia-ortopedia:
 - ✓ Rede;
 - ✓ Habilitação.
- **Categorias** do subtema Rede de Alta Complexidade/AC Terapia Nutricional:
 - ✓ Habilitação, credenciamento.

1.4.5 Categorias/subcategorias que motivaram as resoluções de cada subtema da área temática Atenção Especializada:

- **Categorias** do subtema Atenção à Saúde Bucal:
 - ✓ LRPD;
 - ✓ CEO;
 - ✓ LRPD/CEO.
- **Categorias** do subtema Leitos de UTI/UCI/UCINCo/UCINCa/UTIN:
 - ✓ Critérios;
 - ✓ Habilitação/credenciamento;
 - ✓ Ampliação, qualificação, reclassificação.
- **Categorias/subcategorias** do subtema Cirurgias eletivas:
 - ✓ Recurso financeiro e as seguintes **subcategorias:**
 - ❖ Critérios, remanejamento, alocação;
 - ❖ Valores diferenciados;
 - ✓ Projetos.
- **Categorias** do subtema Laqueadura tubária e vasectomia:
 - ✓ Fluxograma;
 - ✓ Credenciamento, habilitação, implantação.
- **Categorias** do subtema Saúde Auditiva:
 - ✓ Credenciamento, habilitação.
- **Categorias** do subtema Nefrologia/Terapia Renal Substitutiva – TRS:

- ✓ Credenciamento, habilitação;
- ✓ Alocação de recurso.
- **Categorias** do subtema Hospital Filantrópico:
 - ✓ Recurso financeiro;
 - ✓ Programas de contratualização.
- **Categorias** do subtema Hospital de Pequeno Porte – HPP:
 - ✓ Política estadual;
 - ✓ Credenciamento, habilitação; adesão de municípios.
- **Categorias** do subtema Atenção Domiciliar:
 - ✓ Projetos e contratos;
 - ✓ Habilitação, desabilitação;
 - ✓ Componente de Atenção Domiciliar do Plano de Ação da Rede de Atenção às Urgências.
- **Categorias** do subtema Cuidados Prolongados:
 - ✓ Apoio financeiro;
 - ✓ Credenciamento, habilitação.
- **Categorias** do subtema Hospital Dia:
 - ✓ Habilitação.
- **Categorias/subcategorias** do subtema Assistência Oftalmológica:
 - ✓ Programa Estadual de Atenção Oftalmológica Todos pela Alfabetização – Topa;
 - ✓ Projeto Olhar Brasil;
 - ✓ Glaucoma, catarata, reabilitação visual e outros com as **subcategorias**:
 - ❖ Credenciamento, habilitação, desabilitação;
 - ❖ Redistribuição de serviços, procedimentos;
 - ❖ Alocação de serviços financeiros p/ componente I de cirurgia de catarata.
- **Categorias** do subtema Transplante de órgãos:
 - ✓ Processo de organização;
 - ✓ Gestão e recurso financeiro.
- **Categorias** do subtema Traumato-ortopedia/TOM:
 - ✓ Credenciamento, habilitação.
- **Categorias** do subtema Programas Estratégicos:

- ✓ Programa estadual de rastreamento de câncer de mama;
- ✓ Programa de mamografia móvel.
- **Categorias** do subtema Outros:
 - ✓ Cirurgia bariátrica;
 - ✓ Imagenologia;
 - ✓ Videocirurgia;
 - ✓ Reabilitação física e auditiva;
 - ✓ Fibrose cística;
 - ✓ CR Osteogênese;
 - ✓ Videolaparoscopia;
 - ✓ Política Nacional de Atenção Integral à Saúde do Homem;
 - ✓ Lipoatrofia Facial do Portador de HIV/AIDS;
 - ✓ Saúde do Adolescente;
 - ✓ Programa Estadual de Atenção Integral às Pessoas com Albinismo no Estado da Bahia;
 - ✓ Saúde penitenciária;
 - ✓ Revogação de resoluções.

1.4.6 Categorias/subcategorias que motivaram as resoluções de cada subtema da área temática Assistência Farmaceutica

As **categorias/subcategorias** que motivaram as resoluções do único subtema que constituiu a área temática da Assistência Farmaceutica, qual seja, a Assistência Farmaceutica Básica foram:

- **Categorias/subcategorias** do subtema Assistência Farmaceutica Básica:
 - ✓ Recurso financeiro;
 - ✓ Normas e gestão;
 - ✓ Medicamentos;
 - ✓ Programas e as **subcategorias**:
 - ❖ Medicamento em casa;
 - ❖ Farmácia da Bahia.
 - ✓ Sistema Integrado de Gerenciamento da Assistência Farmaceutica – SIGAF.

1.4.7 Categorias/subcategorias que motivaram as resoluções em cada subtema da área temática Vigilância e Proteção da Saúde:

- **Categorias** do agrupamento Assuntos gerais:
 - ✓ Projetos e planos, programação;

- ✓ Gestão das ações;
- ✓ Recurso Financeiro.
- **Categorias** do subtema Vigilância Epidemiológica:
 - ✓ Campanhas de vacinação;
 - ✓ Serviço de Verificação de Óbito – SVO;
 - ✓ Núcleos de VE hospitalares;
 - ✓ Ações de Epidemiologia e Controle de Doenças – ECD;
 - ✓ Cessão de servidores/unidades/veículos;
 - ✓ Agentes de Combate às Endemias – ACE;
 - ✓ Dengue;
 - ✓ Doenças Infecto-contagiosas;
 - ✓ Rede de Frio.
- **Categorias** do subtema Saúde do Trabalhador:
 - ✓ Planos, projetos;
 - ✓ Rede de Saúde do Trabalhador.
- **Categorias** do subtema Promoção da Saúde:
 - ✓ Projetos;
- **Categorias** do subtema Rede de Laboratório de Saúde Pública – RLSP:
 - ✓ Estruturação;
- **Categorias** do subtema Vigilância Sanitária e Ambiental:
 - ✓ Regulamento, critérios, propostas;
 - ✓ Grupos de Ação Estratégica.

2. INFORMAÇÕES GERAIS SOBRE A ATUAÇÃO DA CIB – BA NO PERÍODO DE 01/01/2007 A 31/12/2014

2.1. Composição da CIB no período

Conforme orientação do Regimento, a cada dois anos a CIB apresenta mudança na representação de seus membros. Assim, em 2007 e 2011 ocorreu mudança de representação na composição para os entes estadual e municipal. Em 2009 e 2013 houve mudança de representação na composição do ente municipal.

Nesse período seu funcionamento foi norteado pelos Regimentos da CIB/BA, aprovados através da Resolução CIB nº 145/2007 e Resolução CIB nº 088/2013. A relação dos membros da CIB no período de 2007-2014 encontra-se no **Apêndice A**.

2.2. Participação dos representantes da SESAB e do COSEMS nas reuniões da CIB-BA no período

O **Quadro 1** apresenta o comportamento das participações dos membros da CIB em conformidade com suas representações por ente federado, consolidados a partir das **94** atas lavradas entre **2007** e **2014**.

QUADRO 1. Participação das representações da SESAB e COSEMS/BA nas reuniões da CIB-BA, ordinárias e extraordinárias, no período de 2007 a 2014. Bahia, 2015.

ANO	MÊS	ORDINÁRIA			EXTRAORDINÁRIA		
		SESAB	COSEMS	TOTAL	SESAB	COSEMS	TOTAL
2007	JAN	10	7	17			
	FEV	9	7	16			
	MAR	8	6	14			
	ABR	8	8	16			
	MAI	8	8	16			
	JUN	9	8	17	8	7	15
	JUL	6	3	9			
	AGO	6	9	15	7	7	14
	SET	8	10	18			
	OUT	8	5	13	7	5	12
	NOV	6	9	15			
	DEZ	7	5	12			

2008	JAN	8	6	14			
	FEV	5	7	12			
	MAR	7	9	16			
	ABR	6	6	12			
	MAI	8	5	13	6	8	14
	JUN	8	6	14			
	JUL	8	5	13			
	AGO	7	7	14			
	SET	8	4	12			
	NOV	5	6	11			
	NOV	7	5	12			
	DEZ	8	6	14	5	5	10

2009	JAN	8	6	14			
	FEV	7	4	11			
	MAR	7	7	14			
	ABR	9	10	19	8	6	14
	MAI	5	7	12			
	JUN	5	5	10			
	JUL	8	4	12	7	4	11
	AGO	7	5	12			
	SET	6	6	12			
	OUT	-	-	-			
	NOV	7	6	13			
	DEZ	8	5	13			

2010	JAN	6	4	10			
	FEV	-	-	-			
	MAR	8	3	11			
	ABR	6	3	9			
		6	3	9			
	MAI	6	6	12	6	8	14
	JUN	6	4	10			
	JUL	6	4	10			
	AGO	-	-	-			
	SET	6	4	10			
OUT	4	7	11				

	NOV	6	4	10			
	DEZ	6	6	12			
		8	5	13			

2011	JAN	-	-	-			
	FEV	7	4	11			
	MAR	-	-	-			
	ABR	-	-	-			
	MAI	-	-	-			
	JUN	8	6	14			
		7	5	12			
		7	6	13			
	JUL	7	5	12			
	AGO	7	5	12			
	SET	7	5	12			
	OUT	7	4	11			
	NOV	7	3	10	6	4	10
DEZ	-	-	-				

2012	JAN	7	4	11			
	FEV	-	-	-			
	MAR	6	10	16	7	4	11
	ABR	5	9	14			
	MAI	8	9	17			
	JUN	-	-	-			
	JUL	7	6	13			
		7	5	12			
	AGO	8	4	12			
	SET	-	-	-			
	OUT	-	-	-			
	NOV	7	7	14			
	DEZ	-	-	-			

2013	JAN	-	-	-			
	FEV	7	7	14			
	MAR	5	7	12			
	ABR	5	9	14			
	MAI	5	7	12	6	6	12
	JUN	8	7	15			
	JUL	7	7	14			
	AGO	7	6	13			
	SET	7	8	15			
	OUT	7	4	11			
	NOV	4	5	9			
	DEZ	3	6	9	5	7	12

2014	JAN	-	-	-			
	FEV	9	6	15			
	MAR	7	6	13			
	ABR	5	6	11			
	MAI	7	2	9			
	JUN	-	-	-			
	JUL	4	5	9			
	AGO	-	-	-			
	SET	-	-	-			
	OUT	7	4	11			
	NOV	-	-	-			
	DEZ	5	7	12			

Fonte: Secretaria Executiva da CIB/BA.

2.3. Lógica de organização das Pautas da CIB no período de 2007-2014

A lógica de organização das Pautas da CIB no período de 2007-2014 obedeceu aos seguintes itens:

a) Informes – assuntos de ordem geral transmitidos aos gestores municipais e estaduais em cada reunião;

b) Apresentações - assuntos sobre a situação de saúde ou de gestão no Estado para dar conhecimento à CIB, mas não implicarão em publicação de resolução da CIB;

c) Homologações – assuntos com parecer favorável das áreas técnicas da SESAB submetidos a validação por consenso dos credenciamentos, habilitações e remoções de servidores, ou de outros temas com parecer das áreas técnicas, resultando em publicação de resoluções;

d) Pactuações – assuntos que demandam consenso entre a representação estadual e municipal, podendo gerar resoluções ou recomendações.

2.4. Caráter ordinário e extraordinário das reuniões da CIB-BA ocorridas no período.

Com uma programação de **92** reuniões ordinárias de janeiro de 2007 a dezembro de 2014, a CIB do Estado da Bahia realizou **94** seções: **82** ordinárias e **12** extraordinárias, conforme **Quadro 2**.

QUADRO 2. Reuniões da CIB-BA (ordinárias e extraordinárias) programadas e realizadas (número e percentual) no período 2007 a 2014. Bahia. 2015

ANO	PROGRAMADAS	REUNIÕES REALIZADAS				TOTAL REALIZADAS	
		ORDINÁRIAS		EXTRAORDINÁRIAS		Nº	%
		Nº	%	Nº	%		
2007	12	12	100,0	03	25,0	15	125,00
2008	12	12	100,0	02	16,7	14	116,67
2009	12	11	91,7	02	16,7	13	108,33
2010	12	12	100,0	01	8,3	13	108,33
2011	12	09	75,0	01	8,3	10	83,33
2012	11	08	72,7	01	8,3	09	81,82
2013	11	11	100,0	02	16,7	13	118,18
2014	10	07	70,0	00	0,0	07	70,00
TOTAL	92	82	89,1	12	100,0	94	102,17

Fonte: Secretaria Executiva da CIB/BA.

2.5. Quadro geral dos principais assuntos debatidos em CIB no decorrer do período

Para dar maior visibilidade aos pontos discutidos nas reuniões que resultaram em resoluções, foram levantados todos os assuntos debatidos e negociados nas reuniões ocorridas de 2007 a 2014. **Apêndice B**.

Ainda que de forma esquemática, este quadro pretende mostrar mais detalhadamente todos os aspectos discutidos nas **94** reuniões da CIB de 2007 a 2014, a fim de trazer a transparência proposta neste relatório.

Com este Quadro pretendeu-se disponibilizar um guia ao leitor, a fim de ajudá-lo a encontrar a(s) resolução(ões) procurada(s) das áreas temáticas, pelos subtemas, categorias e subcategorias em que foram organizadas neste relatório.

2.6. Resoluções CIB-BA publicadas no período por área temática e por ano

Como resultado das deliberações nas reuniões ocorridas no referido período, foram publicadas **2.610** resoluções, o que representou uma média de **326** resoluções por ano.

O **Quadro 3** evidencia o quantitativo e percentual de resoluções por ano, em ordem decrescente de número de resoluções publicadas a cada ano, mostrando que 2013 foi o ano com o maior número de resoluções publicadas, seguido com números próximos entre si nos anos 2012, 2010 e 2011.

Os anos 2009 e 2014 foram os seguintes, seguidos dos anos 2008 e 2007.

QUADRO 3. Resoluções publicadas por ano, (nº e percentual), no período de 2007 a 2014. Bahia. 2015.

ANO	Nº	%
2007	181	6,9
2008	232	8,9
2009	275	10,5
2010	362	13,9
2011	354	13,6
2012	392	15,0
2013	564	21,6
2014	250	9,6
TOTAL	2610	100

Fonte: Secretaria Executiva da CIB/BA.

O **Quadro 4** mostra o comparativo da quantidade e percentual das resoluções por área temática, evidenciando o quantitativo das resoluções em ordem decrescente, por área.

Assim, observa-se que a área com o maior número de resoluções publicadas foi a Atenção Básica, seguida das áreas da Gestão e Atenção Especializada. Em menores quantidades de resoluções vêm as áreas das Redes de Atenção e da Vigilância e Proteção da Saúde. Com os menores números de resoluções publicadas no período ficaram as áreas da Gestão do Trabalho e Educação Permanente e da Assistência Farmaceutica.

QUADRO 4. Resoluções publicadas por área temática, (nº e percentual), no período de 2007 a 2014. Bahia. 2015.

ÁREA TEMÁTICA	Nº	%
Atenção Básica	701	26,86
Gestão	571	21,88
Atenção Especializada	489	18,74
Redes de Atenção	404	15,48
Vigilância e Proteção da Saúde	274	10,50
Gestão do Trabalho e Educação Permanente	93	3,56
Assistência Farmaceutica	78	2,99
TOTAL	2610	100,00

Fonte: Secretaria Executiva da CIB/BA.

O quantitativo por área temática e respectivos percentuais de cada ano é apresentado nos **Quadros 5 e 6**, conforme análise comparativa, ou seja, segundo a área temática e o ano do período:

QUADRO 5. Resoluções CIB-BA (Nº e %) publicadas por ano, segundo área temática. Bahia, 2007-2014.

ANO	2007		2008		2009		2010		2011		2012		2013		2014		TOTAL	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Gestão	59	32,6	43	18,5	78	28,4	106	29,3	124	35,0	93	23,7	36	6,4	32	12,8	571	21,9
GTEP	06	3,3	07	3,0	04	1,5	30	8,3	14	4,0	15	3,8	16	2,8	01	0,4	93	3,6
At. Básica	20	11,0	46	19,8	53	19,3	62	17,1	84	23,7	130	33,2	216	38,3	90	36	701	26,9
Redes de Atenção	21	11,6	41	17,7	38	13,8	54	14,9	46	13,0	76	19,4	77	13,7	51	20,4	404	15,5
A.Especializada	44	24,3	46	19,8	37	13,5	39	10,8	44	12,4	43	11,0	174	30,9	62	24,8	489	18,7
A.Farmac.	07	3,9	17	7,3	08	2,9	05	1,4	19	5,4	18	4,6	03	0,5	01	0,4	78	3,0
V/P. Saúde	24	13,3	32	13,8	57	20,7	66	18,2	23	6,5	17	4,3	42	7,4	13	5,2	274	10,5
TOTAL	181	100,0	232	100,0	275	100,0	362	100,0	354	100,0	392	100,0	564	100,0	250	100,0	2 610	100,0

Fonte: Secretaria Executiva da CIB/BA.

QUADRO 6. Resoluções CIB-BA (Nº e %) publicadas por área temática, segundo o ano de publicação. Bahia, 2007 - 2014.

Á. TEMÁT.	Gestão		G. do Trab e Ed. Perm.		Atenção Básica		Redes de Atenção		Atenção Especializada		Assistência Farmaceut.		Vigilância e Prot. à Saúde		TOTAL	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
2007	59	10,3	6	6,5	20	2,9	21	5,2	44	9,0	7	9,0	24	8,8	181	6,9
2008	43	7,5	7	7,5	46	6,6	41	10,1	46	9,4	17	21,8	32	11,7	232	8,9
2009	78	13,7	4	4,3	53	7,6	38	9,4	37	7,6	8	10,3	57	20,8	275	10,5
2010	106	18,6	30	32,3	62	8,8	54	13,4	39	8,0	5	6,4	66	24,1	362	13,9
2011	124	21,8	14	15,1	84	12,0	46	11,4	44	9,0	19	24,4	23	8,4	354	13,6
2012	93	16,3	15	16,1	130	18,5	76	18,8	43	8,8	18	23,1	17	6,2	392	15,0
2013	36	6,3	16	17,2	216	30,8	77	19,1	174	35,6	3	3,8	42	15,3	564	21,6
2014	32	5,6	1	1,1	90	12,8	51	12,6	62	12,7	1	1,3	13	4,7	250	9,6
TOTAL	571	100,0	93	100,0	701	100,0	404	100,0	489	100,0	78	100,0	274	100,0	2610	100,0

Fonte: Secretaria Executiva da CIB/BA.

3. RESOLUÇÕES CIB-BA POR ÁREA TEMÁTICA, SUBTEMA, CATEGORIAS E SUBCATEGORIAS, PUBLICADAS NO PERÍODO DE 01/01/2007 A 31/12/2014

3.1. GESTÃO

Segunda área temática em número de resoluções publicadas, no período de 2007 a 2014 a **Gestão** teve **571** resoluções distribuídas em 10 subtemas, conforme **Quadro 7**.

No subtema Modalidade de gestão, a categoria Pacto pela Saúde foi subdividida nas subcategorias Pacto pela Vida e Pacto de gestão, dois dos três componentes do Pacto pela Saúde que suscitaram discussões.

E no subtema Apoio à gestão, a categoria Apoio à infra estrutura se dividiu nas subcategorias Projetos, programas, planos, outros; e Emenda Parlamentar.

QUADRO 7. Número de Resoluções CIB-BA da Gestão publicadas no período de 2007 a 2014, por subtema, categoria e subcategoria, segundo o ano de publicação. Bahia. 2015.

SUBTEMA		2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	TO TAL	%
Regionalização	CATEGORIA/ SUBCATEGORIA										
	PDR	1	1	0	0	1	1	2	0	6	1,05
	PPI	1	0	5	3	7	2	0	0	18	3,15
	SUBTOTAL	2	1	5	3	8	3	2	0	24	4,20
Modalidade de Gestão	Pacto pela Saúde	4	1	3	1	0	0	1	0	10	1,75
	❖ Pacto pela vida										
	❖ Pacto de gestão	19	4	8	8	8	3	0	0	50	8,76
	COAP	0	0	0	0	0	0	1	0	1	0,18
	SUBTOTAL	23	5	11	9	8	3	2	0	61	10,68
Processo de Gestão	Comando Único	0	2	6	5	5	9	9	0	36	6,30
	Gestão Unid./rec.	1	0	0	2	12	7	3	1	26	4,55
	TCEP	0	0	3	1	0	0	0	0	4	0,70
	SUBTOTAL	1	2	9	8	17	16	12	1	66	11,56
Planejamento	Instrum. de gestão	2	1	1	3	0	1	0	0	8	1,40
	PlanejaSUS	1	1	2	2	0	0	0	0	6	1,05
	SUBTOTAL	3	2	3	5	0	1	0	0	14	2,45
Relação Interferativa	Contr. CONASEMS	0	1	1	0	0	0	1	1	4	0,70
	CIB	1	0	1	0	1	0	2	1	6	1,05
	CGR/CIR	1	0	0	0	0	0	0	0	1	0,18
	Rel. interestadual	0	0	0	1	0	1	0	0	2	0,35
	SUBTOTAL	2	1	2	1	1	1	3	2	13	2,28
Recurso Financeiro	Aloc./real./distr.etc	3	2	8	0	12	6	1	2	34	5,95
	Alter./transf. etc	5	8	4	10	33	36	7	6	109	19,09
	SUBTOTAL	8	10	12	10	45	42	8	8	143	25,04
Informação	Sist. de inform.	6	4	0	0	0	1	0	0	11	1,93
	Rede informação	0	1	0	0	0	1	0	0	2	0,35
	SUBTOTAL	6	5	0	0	0	2	0	0	13	2,28
Apoio à gestão	Ap. à infraestrutura										
	❖ Proj, progr., planos, outros	5	1	22	67	41	21	4	14	175	15,41
	❖ E. Parlamentar	0	0	7	39	27	2	0	12	87	15,24
	Apoio financeiro	0	1	0	0	0	0	2	0	3	0,53
	Projeto Saúde BA	6	13	11	0	0	0	0	0	30	5,25
	SUBTOTAL	11	15	33	67	41	21	6	14	208	36,43
Gestão Participativa	ParticipaSUS	0	1	1	2	0	0	0	0	4	0,00
	SUBTOTAL	0	1	1	2	0	0	0	0	4	0,70
Regulação	Política	3	1	0	0	1	0	0	0	5	0,88
	Contrat./contr./aval	0	0	1	0	3	1	0	0	5	0,88
	TFD	0	0	0	1	0	0	0	0	1	0,18
	Compl. Regulat.	0	0	1	0	0	3	3	7	14	2,45
	SUBTOTAL	3	1	2	1	4	4	3	7	25	4,38
TOTAL		59	43	78	106	124	93	36	32	571	100,00

Fonte: Secretaria Executiva da CIB-BA. 2014.

3.2. GESTÃO DO TRABALHO E EDUCAÇÃO PERMANENTE

Segunda área temática com menor número de resoluções publicadas no período (3,6%), a **Gestão do Trabalho e Educação Permanente**, teve suas resoluções organizadas em três subtemas, que corresponderam a **93** resoluções decorrentes de discussões sobre recurso financeiro, política e critérios, resoluções sobre qualificações e sobre programas de gestão de trabalho e educação permanente que tiveram discussões na CIB nesse período.

No subtema Programas de gestão de trabalho e educação permanente a categoria PET – Saúde se subdividiu em quatro subcategorias: PET – Saúde, PET – Saúde VS, PET Saúde Redes e PET Saúde - S. mental, crack, álcool e outras drogas. (Quadro 8).

O subtema Recurso Financeiro, política e critérios ficou assim englobado pela quantidade reduzida de resoluções tratando de alguns desses temas.

QUADRO 8. Número de Resoluções CIB-BA da Gestão do Trabalho e Educação Permanente publicadas no período de 2007 a 2014, por subtema, categoria e subcategoria, e segundo o ano de publicação. Bahia. 2015.

SUBTEMA	CATEGORIA/ SUBCATEGORIA	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	TO TAL	%
Rec. fin., pol./crit.		1	1	1	4	2	0	1	0	10	10,75
	SUBTOTAL	1	1	1	4	2	0	1	0	10	10,75
Qualifica ção	Nível Superior	0	1	1	1	4	0	2	1	10	10,75
	Nível Técnico	1	1	1	2	3	0	1	0	9	9,68
	SUBTOTAL	1	2	2	3	7	0	3	1	19	20,43
Progra mas de Gestão do Trabalho e Educação em Saúde	PROGESUS	4	0	1	5	0	0	0	0	10	10,75
	Pro & PET-Saúde	0	0	0	0	0	11	1	0	12	12,90
	PET – Saúde:										
	❖ PET-Saúde	0	4	0	12	0	0	0	0	16	17,20
	❖ PET S. VS	0	0	0	0	0	3	5	0	8	8,60
	❖ PET-S. Redes	0	0	0	0	0	0	6	0	6	6,45
	❖ PET-S. S. Mental	0	0	0	5	3	0	0	0	8	8,60
	CIES	0	0	0	1	2	1	0	0	4	4,30
SUBTOTAL	4	4	1	23	5	15	12	0	64	68,82	
TOTAL	6	7	4	30	14	15	16	1	93	100,00	

Fonte: Secretaria Executiva da CIB-BA. 2014.,

3.3. ATENÇÃO BÁSICA – AB

Com um total de **701** resoluções, a **Atenção Básica** é a área temática com o maior número de resoluções no período, perfazendo um percentual de **26,87** do total de resoluções, conforme mostra o **Quadro 9**.

Além do agrupamento de Assuntos gerais e do agrupamento que englobou vários aspectos da Atenção Básica ao mesmo tempo (PSF/ESF/ESB/USB/ACS/NASF), esta área se subdividiu em mais 12 subtemas que, pelas especificidades dos pontos discutidos, corresponderam aos principais pontos discutidos e que demandaram a publicação das resoluções no período, perfazendo um total de 14 grupos de resoluções publicadas.

Salientaram aí o subtema das Unidades Básicas de Saúde (UBS) com **225** resoluções e as **151** resoluções do subtema NASF, como os dois grupos que tiveram maior número de resoluções publicadas na Atenção Básica e que, por sua vez, corresponderam aos subtemas que tiveram maior número de resoluções entre todas as áreas temáticas no período analisado e, juntas, com **14,4%** (**8,6%** e **5,8%** respectivamente) de todas as resoluções publicadas entre 2007 a 2014 entre as áreas temáticas.

Quadro 9. Número de Resoluções CIB/BA da Atenção Básica publicadas no período de 2007 a 2014, por subtema, categoria e subcategoria, e segundo o ano de publicação . Bahia. 2015.

SUBTEMA	CATEGORIA/ SUBCATEGORIA	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	TO TAL	%
Assuntos gerais	Diret., princ., proj.	0	1	0	0	0	2	3	0	6	0,86
	FESF	0	0	1	0	0	0	0	0	1	0,14
	SUBTOTAL	0	1	1	0	0	2	3	0	7	1,00

NASF	Diretrizes, critérios	0	0	0	2	0	0	0	2	0,29	
	Credenc./descred.	0	7	11	12	10	10	17	11	78	11,13
	Alteração /retific.	0	0	6	6	8	9	27	15	71	10,13
	SUBTOTAL	0	7	17	20	18	19	44	26	151	21,54
PSF/ESF	Credenc./descred.	0	1	9	6	12	9	9	11	57	8,13
	Incent. financeiro	1	2	0	0	0	0	0	0	3	0,43
	SUBTOTAL	1	3	9	6	12	9	9	11	60	8,56
ACS	Seleção pública	0	2	2	2	0	0	0	0	6	0,86
	Credenciamento	0	9	9	10	8	8	5	8	57	8,13
	SUBTOTAL	0	11	11	12	8	8	5	8	63	8,99
ESB	Credenc./implant./expansão/qualific.	5	4	12	13	14	10	11	12	81	11,55
	Alter. qualif. equipe	1	0	0	3	0	0	0	0	4	0,57
	SUBTOTAL	6	4	12	16	14	10	11	12	85	12,13
PSF/ESF/ESB/USB/ACS/NASF	Implant./exp/ampl. Qualif./redenciam.	11	10	0	0	0	0	0	0	21	3,00
	SUBTOTAL	11	10	0	0	0	0	0	0	21	3,00
Eq CR	Credenciamento	0	0	0	0	0	0	4	4	8	1,14
	SUBTOTAL	0	0	0	0	0	0	4	4	8	1,14
UOM	Credenc., proj. de aquis. Un. Móvel	0	0	0	5	4	2	2	0	13	1,85
	SUBTOTAL	0	0	0	5	4	2	2	0	13	1,85
UBS	Construção	0	0	0	0	21	37	35	11	104	14,84
	Reforma	0	0	0	0	2	24	36	3	65	9,27
	Ampliação	0	0	0	0	0	1	38	5	44	6,28
	Alteração de end.	0	0	0	0	0	7	5	0	12	1,71
	SUBTOTAL	0	0	0	0	23	69	114	19	225	32,10
ACD	Construção	0	0	0	0	0	0	4	4	8	1,14
	Alter. de ender.	0	0	0	0	0	5	16	1	22	3,14
	SUBTOTAL	0	0	0	0	0	5	20	5	30	4,28
Teles saúde	Comitê, Núcleo.	0	0	0	0	1	2	1	1	5	0,71
	Projetos; planos; repasse recursos	0	0	0	0	1	1	1	4	7	1,00
	SUBTOTAL	0	0	0	0	2	3	2	5	12	1,71
CER	Projetos; critérios; relação municípios.	2	7	2	1	1	2	0	0	15	2,14
	SUBTOTAL	2	7	2	1	1	2	0	0	15	2,14
PSE	Projetos, recursos	0	3	1	2	2	0	0	0	8	1,14
	SUBTOTAL	0	3	1	2	2	0	0	0	8	1,14
PROVAB	Planos	0	0	0	0	0	0	1	0	1	0,14
	SUBTOTAL	0	0	0	0	0	0	1	0	1	0,14
PMAQ-AB	Adesão/Acesso a base de dados	0	0	0	0	0	1	1	0	2	0,29
	SUBTOTAL	0	0	0	0	0	1	1	0	2	0,29
TOTAL		20	46	53	62	84	130	216	90	701	100,0

Fonte: Secretaria Executiva da CIB-BA. 2014.

3.4. REDES DE ATENÇÃO

Na área das **Redes de Atenção** foram publicadas **404** resoluções, distribuídas entre o agrupamento de Assuntos Gerais e mais 14 subtemas que corresponderam a redes discutidas no decorrer no período, visualizadas no **Quadro 10** que segue.

Na Rede de Atenção Materna e Infantil, a categoria Rede Cegonha se subdividiu em duas subcategorias: Planos, Grupo Condutor; e Habilitação.

Também o subtema Rede de Atenção a Portadores de Doenças Crônicas – RAPDC, na categoria da Linha do Cuidado de Sobrepeso e Obesidade, se subdividiu em duas subcategorias: Diretrizes, componentes e critérios; e Habilitação.

Faz-se uma ressalva a este subtema que, por constituir-se uma Linha de Cuidado, foi incluída na área temática das Redes de Atenção, ainda que contemple resoluções que tratam de procedimentos de alta complexidade.

Ressalta-se que foram incluídas também nessa área temática todas as resoluções que tratam de rede de alta complexidade, para o que os subtemas foram denominados de AC mais o nome da especialidade.

Quadro 10. Número de Resoluções CIB/BA das Redes de Atenção publicadas no período de 2007 a 2014, por subtema, categoria e subcategoria, e segundo o ano de publicação. Bahia. 2015.

SUBTEMA	CATEGORIA/ SUBCATEGORIA	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	TO TAL	%
Assuntos gerais	GC de redes	0	0	0	0	0	4	2	0	6	1,49
	Pol./Planos Redes	0	0	1	0	0	0	1	0	2	0,50
	SUBTOTAL	0	0	1	0	0	4	3	0	8	1,98
Rede Materna e Infantil - RMI	PHPN	9	3	0	0	0	0	0	0	12	2,97
	Rede Cegonha ❖ Plano/GC/ rec.	0	0	0	3	3	4	5	4	19	4,70
	❖ Habilitação	0	0	0	1	0	14	3	0	18	4,46
	SUBTOTAL	9	3	0	4	3	18	8	4	49	12,13
Rede de Urgência Emergên cia -RUE	Dir./comp./crit.etc	0	0	0	0	0	5	3	4	12	2,97
	Implt./hab./ estrut.	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0,00
	SAMU	2	2	12	16	3	4	1	0	40	9,90
	UPA	0	1	4	8	14	20	7	3	57	14,11
	AVC	0	0	0	0	0	2	0	0	2	0,50
SUBTOTAL	2	3	16	24	17	31	11	7	111	27,48	
Rede de At.Psicos social - RAPS	Plano/ rede/r. fin.	0	0	0	0	0	0	8	8	16	3,96
	CAPS	7	12	9	9	7	6	9	11	70	17,33
	S.H.R; hosp. dia	0	0	0	1	0	0	3	0	4	0,99
	Serv. Res. Terap.	0	0	0	0	0	0	1	3	4	0,99
	SUBTOTAL	7	12	9	10	7	6	21	22	94	23,27
Rede At. P. Defic. RAPDF	Diretr., projetos	0	0	0	0	2	0	1	0	3	0,74
	Habilit./ desabilit.	0	0	1	1	0	0	3	0	5	1,24
	Reabilit. fís./aud.	0	1	0	0	1	1	0	0	3	0,74
	SUBTOTAL	0	1	1	1	3	1	4	0	11	2,72
Rede At. Port. D. Crônicas - RAPDC	Qualicito	0	0	0	0	0	0	0	9	9	2,23
	LC D. renal crôn.	0	0	0	0	0	0	0	1	1	0,25
	LC sobrep/obesid ❖ Dir./comp.crit.	0	0	0	0	0	0	1	0	1	0,25
	❖ Habilitação	0	0	0	1	0	0	1	0	2	0,50
	SUBTOTAL	0	0	0	1	0	0	2	10	13	3,22
AC Saúde Auditiva	Habilit.; credenc.	1	0	0	0	1	3	0	0	5	1,24
	SUBTOTAL	1	0	0	0	1	3	0	0	5	1,24
AC Cardio logia	Habil./solic. hab.	0	1	2	2	2	2	4	2	15	3,71
	SUBTOTAL	0	1	2	2	2	2	4	2	15	3,71
AC Neu rologia	Rede	0	1	0	0	0	0	0	0	1	0,25
	Habil., desab., cred	0	10	1	1	2	3	6	1	24	5,94
	SUBTOTAL	0	11	1	1	2	3	6	1	25	6,19
AC Quei mados	Rede	0	0	1	0	1	0	0	0	2	0,50
	Habil., desab., cred	0	0	0	1	1	0	1	0	3	0,74
	SUBTOTAL	0	0	1	1	2	0	1	0	5	1,24
AC Onco logia	Rede	2	0	0	3	0	1	0	0	6	1,49
	Estrutur.fís. fin.	0	0	0	0	0	0	1	0	1	0,25
	CACON/UNACON	0	7	3	2	2	1	2	2	19	4,70
	SUBTOTAL	2	7	3	5	2	2	3	2	26	6,44
AC Oftalmo logia	Rede	0	0	2	0	0	0	0	0	2	0,50
	Habilit., inclusão	0	0	0	1	5	1	2	0	9	2,23
	Reabilit. visual	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0,00
	SUBTOTAL	0	0	2	1	5	1	2	0	11	2,72
AC Nefrologia	TRS, Habilit.	0	1	0	1	0	2	2	3	9	2,23
	SUBTOTAL	0	1	0	1	0	2	2	3	9	2,23
AC Trau mato-ort.	Rede	0	0	1	0	0	0	0	0	1	0,25
	Habilitação	0	2	1	1	1	1	10	0	16	3,96
	SUBTOTAL	0	2	2	1	1	1	10	0	17	4,21
AC Ter. Nutric.	Habilit., credenc.	0	0	0	2	1	2	0	0	5	1,24
	SUBTOTAL	0	0	0	2	1	2	0	0	5	1,24
TOTAL		21	41	38	54	46	76	77	51	404	100,00

Fonte: Secretaria Executiva da CIB-BA. 2014.

3.5. ATENÇÃO ESPECIALIZADA

Para a **Atenção Especializada** foram publicadas **489** resoluções. É o terceiro grupo em número de resoluções publicadas no período, distribuídas em 16 subtemas, conforme organizados no **Quadro 11**.

No subtema Cirurgias eletivas a categoria Recurso financeiro se subdividiu em duas subcategorias: Critérios, remanejamentos e alocação; Valores diferenciados.

O subtema Oftalmologia teve a categoria Glaucoma, catarata e reabilitação visual subdividida em três subcategorias: Credenciamento, habilitação, desabilitação; Redistribuição de serviços, procedimentos; e Alocação de recurso para componente I - cirurgia de catarata.

Quadro 11. Número de Resoluções CIB/BA da Atenção Especializada publicadas no período de 2007 a 2014, por subtema, categoria e subcategoria, e por ano de publicação. Bahia. 2015.

SUBTEMA		2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	TO TAL	%
Saúde Bucal	CEO	10	5	2	3	4	1	2	4	31	6,34
	LRPD	3	4	2	0	1	1	1	0	12	2,45
	LRPD, CEO	1	2	0	0	0	0	0	0	3	0,61
	SUBTOTAL	14	11	4	3	5	2	3	4	46	9,41
UTI/UCI/ UCINCo/ UCINCa/ UTIN	Critérios	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0,00
	Credenc., habilit.	2	10	5	3	9	13	27	7	76	15,54
	Ampl./qual., reclas.	0	0	0	1	0	0	0	0	1	0,20
	SUBTOTAL	2	10	5	4	9	13	27	7	77	15,75
Cirurgias eletivas	Recurso financeiro: ❖ Crit./reman./aloc.	0	0	0	1	2	3	1	1	8	1,64
	❖ Val.diferenc.	0	0	0	0	0	1	1	0	2	0,41
	Projetos, homolog.	12	6	5	2	0	0	0	0	25	5,11
	SUBTOTAL	12	6	5	3	2	4	2	1	35	7,16
Laq. Tu bária/ Va sectomia	Fluxograma	0	0	1	0	0	0	0	0	1	0,20
	Cred./habil./impl.	3	3	5	8	8	5	2	7	41	8,38
	SUBTOTAL	3	3	6	8	8	5	2	7	42	8,59
Saúde Auditiva	Credenc., habilit.	2	2	0	0	1	0	0	0	5	1,02
	SUBTOTAL	2	2	0	0	1	0	0	0	5	1,02
Nefrolo gia / TRS	Credenc., habilit.	1	1	2	0	0	0	0	0	4	0,82
	Aloc. de recurso	0	1	0	0	1	0	0	0	2	0,41
	SUBTOTAL	1	2	2	0	1	0	0	0	6	1,23
Hospital Filantró pico	Rec.financeiro	0	0	0	0	0	1	0	0	1	0,20
	Prog. Contratualiz.	4	3	0	0	0	0	0	0	7	1,43
	SUBTOTAL	4	3	0	0	0	1	0	0	8	1,64
HPP	Política estadual	0	0	0	0	1	1	0	0	2	0,41
	Hab./cred./adesão	2	1	0	0	0	0	7	8	18	3,68
	SUBTOTAL	2	1	0	0	1	1	7	8	20	4,09
Atenção Domici liar	Projetos/contratos	2	0	0	1	0	0	0	1	4	0,82
	Habilitação	0	1	2	3	1	4	0	1	12	2,45
	Comp. AD de RUE	0	0	0	0	1	3	3	18	25	5,11
SUBTOTAL	2	1	2	4	2	7	3	20	41	8,38	
Cuidados Prolon gados	Apoio financeiro	0	2	0	0	0	0	0	0	2	0,41
	Credenc., habilit.	1	0	2	3	6	4	0	2	18	3,68
	SUBTOTAL	1	2	2	3	6	4	0	2	20	4,09
Hospital Dia	Habilitação	0	1	0	2	1	1	2	0	7	1,43
	SUBTOTAL	0	1	0	2	1	1	2	0	7	1,43
Oftal mologia	Topa	0	2	1	0	0	0	0	0	3	0,61
	Proj. Olhar Brasil	0	0	3	5	3	0	58	5	74	15,13
	Glauc./catar./r.vis. ❖ Cred.,hab.des	0	0	0	0	1	2	17	1	21	4,29
	❖ Red. /serviço/ procedimentos	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0,00

	❖ Alloc. fin. (C. I – Cir. Catarata)	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0,00
	SUBTOTAL	0	2	4	5	4	2	75	6	98	20,04
Transplantes	Processo organiz.	0	0	0	1	1	1	1	1	5	1,02
	Gestão, rec. financ.	0	0	0	0	0	0	1	1	2	0,41
	SUBTOTAL	0	0	0	1	1	1	2	2	7	1,43
T. ortopedia/TOM	Habilit./credenc.	0	0	0	0	1	0	49	1	51	10,43
	SUBTOTAL	0	0	0	0	1	0	49	1	51	10,43
Progr.Est. raté gicos	P. Est. Rastr. CA mama	0	0	0	0	0	1	0	0	1	0,20
	P. Mamogr. Móvel	0	0	0	0	0	0	0	1	1	0,20
	SUBTOTAL	0	0	0	0	0	1	0	1	2	0,41
Outros	Cir. bariátrica	1	0	0	0	0	0	0	0	1	0,20
	Videocirurgia	0	0	0	0	1	1	1	0	3	0,61
	Fibrose cística	0	0	0	0	0	0	0	1	1	0,20
	S. Penitenciária	0	1	2	2	0	0	0	0	5	1,02
	Videolaparoscopi	0	0	0	0	0	0	0	1	1	0,20
	P. N. A. Homem	0	0	0	1	0	0	0	0	1	0,20
	Imagenologia	0	0	5	0	0	0	0	0	5	1,02
	Pr. Est. Albinismo	0	0	0	1	0	0	0	0	1	0,20
	CR Osteogênese	0	0	0	0	0	0	1	0	1	0,20
	Lipoatr. facial port. HIV/AIDS	0	0	0	1	0	0	0	0	1	0,20
	S. do adolescente	0	0	0	1	0	0	0	0	1	0,20
	R. fin. acomp. pac. cir. card./diag. de CA mama/colo	0	1	0	0	0	0	0	0	1	0,20
	Revogação resol. procedimento	0	0	0	0	1	0	0	1	2	0,41
	SUBTOTAL	1	2	7	6	2	1	2	3	24	4,91
	TOTAL	44	46	37	39	44	43	174	62	489	100,00

Fonte: Secretaria Executiva da CIB-BA. 2014.

3.4. ASSISTÊNCIA FARMACEUTICA

Com um total de **78** resoluções, a **Assistência Farmaceutica** é a área com o menor número de resoluções no período analisado, conforme ficou evidenciado no **Quadro 3**, com **3%** do total de resoluções CIB publicadas.

As resoluções desta área temática publicadas ficaram todas englobadas em um só subtema, Assistência Farmaceutica Básica e, dentro deste subtema, a categoria Programas foi subdividida em duas subcategorias: Medicamento em casa; Farmácia da Bahia. (**Quadro 12**).

Quadro 12. Número de Resoluções CIB/BA da Assistência Farmaceutica publicadas no período de 2007 a 2014, por subtema, categoria e subcategoria, e por ano de publicação. Bahia. 2015.

SUBTEMA		2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	TO TAL	%
CATEGORIA/ SUBCATEGORIA											
Assis tência Farma ceutica Básica	Rec. financeiro	6	7	0	1	14	12	1	1	42	53,85
	Normas, gestão	0	2	0	1	1	0	1	0	5	6,41
	Medicamentos	1	8	6	3	4	6	1	0	29	37,18
	Programas										
	❖ Med. em casa	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0,00
	❖ Farmácia da Ba	0	0	1	0	0	0	0	0	1	1,28
	SIGAF	0	0	1	0	0	0	0	0	1	1,28
SUBTOTAL	7	17	8	5	19	18	3	1	78	100,00	
TOTAL	7	17	8	5	19	18	3	1	78	100,00	

Fonte: Secretaria Executiva da CIB-BA. 2014.

3.5. VIGILÂNCIA E PROTEÇÃO DA SAÚDE

Apresentada no **Quadro 13**, a Vigilância e Proteção da Saúde teve **274** resoluções publicadas, que se distribuíram em um agrupamento de Assuntos gerais e nos subtemas: Vigilância Epidemiológica, Saúde do Trabalhador, Promoção da Saúde, Rede de Laboratórios de Saúde Pública (RLSP), Vigilância Sanitária e Ambiental.

É a quinta entre as sete áreas temáticas em número de resoluções, com um percentual de **10,5%**.

Quadro 13. Número de Resoluções CIB/BA da Vigilância e Proteção da Saúde publicadas no período de 2007 a 2014, por subtema, categoria e subcategoria, e por ano de publicação. Bahia. 2015.

SUBTEMA		2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	TOTAL	%
Assuntos Gerais	Projetos, planos, programação	1	1	3	0	0	0	27	0	32	11,68
	Gestão das ações	0	0	1	2	1	0	0	4	8	2,92
	Rec. Financeiro	0	0	1	2	1	1	1	0	6	2,19
	SUBTOTAL	1	1	5	4	2	1	28	4	46	16,79
Vigilância Epidemiológica	Camp. Vacinação	3	5	4	4	4	3	0	1	24	8,76
	SVO	1	1	0	0	0	0	0	0	2	0,73
	N. VE Hospitalar	1	0	2	0	1	0	0	0	4	1,46
	Ações de ECD	2	0	0	0	0	0	0	0	2	0,73
	Cessão servidor/unidade/veículos	10	13	13	11	7	5	9	1	69	25,18
	ACE	0	2	0	2	0	0	0	0	4	1,46
	Dengue	0	2	0	1	1	0	0	0	4	1,46
	D. Infecto contag.	4	0	1	4	1	4	0	2	16	5,84
	Rede de Frio	0	0	0	0	0	0	2	5	7	2,55
	SUBTOTAL	21	23	20	22	14	12	11	9	132	48,18
Saúde do Trabalhador	Planos, projetos	1	0	0	0	0	0	0	0	1	0,36
	Rede S. do Trab.	1	3	1	1	3	4	2	0	15	5,47
	SUBTOTAL	2	3	1	1	3	4	2	0	16	5,84
Prom. da Saúde	Projetos	0	2	4	0	0	0	0	0	6	2,19
	SUBTOTAL	0	2	4	0	0	0	0	0	6	2,19
RLSP	Estruturação	0	1	1	0	0	0	0	0	2	0,73
	SUBTOTAL	0	1	1	0	0	0	0	0	2	0,73
Vigilância Sanitária e Ambiental	Regul./crit./prop.	0	2	1	0	0	0	1	0	4	1,46
	Grupos de Ações Estratégicas	0	0	25	39	4	0	0	0	68	24,82
	SUBTOTAL	0	2	26	39	4	0	1	0	72	26,28
TOTAL		24	32	57	66	23	17	42	13	274	100,00

Fonte: Secretaria Executiva da CIB-BA. 2014.

4. ANÁLISE DOS DADOS

Composição da CIB no período

O **Apêndice A** que traduz a composição da CIB no período analisado, pode indicar, no caso das representações da SESAB, que a composição pode ter sido no sentido de atender a inserção de todas as áreas dirigentes estratégicas do estado na biparte, e quanto ao COSEMS em atendimento ao Estatuto do mesmo.

Participação dos representantes da SESAB e do COSEMS nas reuniões da CIB-BA no período

A partir do **Quadro 1** observa-se que as reuniões foram realizadas com representação de membros muito acima do quórum estabelecido em regimento (6 representantes, ou seja, 50% mais 1 do total de representantes), valendo ressaltar que, durante o período (2007-2014), a maioria das reuniões contaram com um quantitativo total de mais de 10 representantes, o que denota a participação de titulares e suplentes dos dois entes federados.

Sobre a participação específica por ente federado, representantes do Estado e do COSEMS, percebeu-se que, no período de 2007 a 2009, na maioria dos meses as reuniões contaram com mais de 5 representantes de cada ente federado, entre titulares e suplentes.

De 2010 a 2014 houve variação da participação dos representantes do Estado, em que na maioria dos meses a participação dos representantes do Estado se manteve acima de 5 (com titulares e suplentes presentes), com exceção de alguns meses de 2010 (4 membros em outubro), 2013 (4 membros em novembro e 3 membros em dezembro) e 2014 (4 membros em julho).

Para o ano 2010 o COSEMS apresentou um quantitativo de representantes abaixo de 5 membros (entre titulares e suplentes), com exceção dos meses maio, outubro e dezembro que contaram com mais de 6 representantes.

Já nos anos 2011 a 2014 observa-se o crescimento na participação dos representantes do COSEMS nas reuniões, passando a ter mais de 5 membros (entre titulares e suplentes), com exceção de alguns meses: 2011 (fevereiro, outubro e novembro); 2012 (janeiro e agosto); 2013 (outubro); 2014 (maio e outubro).

Lógica de organização das Pautas da CIB no período de 2007-2014

Até parte de 2007 a organização das pautas da CIB eram estruturadas de acordo com as demandas das áreas técnicas do Estado e do COSEMS, sendo identificadas pelo setor pleiteante da pauta.

A partir de outubro de 2007 as pautas passaram a ser organizadas de acordo com o processo de negociação, pactuação e deliberação desta instância, bem como por recomendações de instrumentos legais nacionais (portarias) e da própria bipartite (resoluções), tendo por referência a pauta da Comissão Intergestores Tripartite – CIT.

Caráter ordinário e extraordinário das reuniões da CIB-BA ocorridas no período

Com uma média de **10 reuniões ordinárias** e de **1,5 reuniões extraordinárias** por ano, o **Quadro 2** mostra que, no período de 2007 a 2014, ocorreram **89,13%** das reuniões ordinárias programadas e considerando o total de reuniões ocorridas.

O total de reuniões realizadas, englobando as ordinárias e as extraordinárias, correspondeu a **102,17%** das reuniões programadas, alcançando esse percentual acima de 100% em cinco dos oito anos analisados, principalmente os anos: 2007, com **125,0%** (12 programadas e 15 realizadas), seguido dos anos 2013, com **118,2%** (11 programadas e 13 realizadas) e 2008, com **116,7%** (12 programadas e 14 realizadas).

O ano com o menor número de reuniões realizadas foi 2014, ano em que foram programadas também o menor número de reuniões (10) e que também não ocorreu reunião extraordinária, ficando com um percentual de apenas **70%** das

reuniões realizadas em relação às programadas, seguido dos anos de 2012 (**81,8%**) e 2013 (**83,3%**).

Quadro geral dos principais assuntos debatidos em reuniões da CIB no período

Os principais assuntos debatidos em CIB foram na área temática da Atenção Básica, seguido da área de Gestão, Atenção Especializada e Redes de Atenção, na mesma lógica das Resoluções publicadas, que teve 83% das mesmas nessas quatro áreas temáticas.

Resoluções CIB-BA publicadas nas áreas temáticas no período

As **2.610** resoluções publicadas nos oito anos analisados se distribuíram com concentrações crescentes no decorrer dos anos, com exceção de 2011 e 2014, que tiveram decréscimo em relação ao ano anterior.

A maior concentração das resoluções ocorreu em 2013 (**21,62%**), o que correspondeu a um acréscimo de **44%** das resoluções em relação ao ano anterior, devendo-se grandemente à área temática Atenção Especializada, com publicações relacionadas ao Projeto Olhar Brasil que, somando-se à Atenção Básica, teve também nesse ano seu maior número de resoluções publicadas, perfazendo ambos **69,1%** do total de resoluções em 2013.

A concentração das resoluções por área temática ficou mais evidenciada na Atenção Básica, com **26,9%**. Seguem os percentuais de resoluções as áreas:

Gestão: **21,8%**; Atenção Especializada: **18,7%**; Redes de Atenção: **15,5%**; Vigilância e Proteção da Saúde: **10,5%**; Gestão do Trabalho e Educação Permanente: **3,6%**; Assistência Farmaceutica: **3%**.

A **Gestão**, segunda maior área em número de resoluções publicadas, sendo ultrapassada apenas pelas resoluções Atenção Básica, as **571** resoluções corresponderam a **21,9 %** das resoluções publicadas pela CIB no decorrer dos anos analisados, se destacando os subtemas Apoio à gestão e Recurso Financeiro, com 61,4% para ambos (36,4 e 25,0% resoluções respectivamente).

Com **22,2%** ficaram as resoluções dos subtemas Processo de gestão (40% destas para a assunção de Comando Único pelos municípios) e Modalidade de gestão (destes, 80% para Pacto de gestão).

O número de publicações para a **Gestão do Trabalho e Educação Permanente** foi de **93** resoluções, correspondendo a **3,6%** do total de publicações.

Tais resoluções deveram-se principalmente ao subtema Programas de Gestão do Trabalho e Educação em Saúde, que englobaram **68,8%** das resoluções desta área temática, que ficaram principalmente com a categoria PET Saúde, com quase 60% deste subtema, (principalmente PET Saúde, em 2010, PET Saúde VS, em 2012 e 2013 e PET Saúde Redes, em 2013).

Já a **Atenção Básica**, com um total de **701** resoluções, é a área temática que teve o maior número de resoluções publicadas no período, perfazendo um percentual de **26,9%** do total de resoluções.

A maioria das resoluções da Atenção Básica, englobando mais da metade das publicações desta área temática (**53,64%**), incluiu o subtema UBS (**33%** - destas, mais de 50% só no ano 2013), correspondendo ao Plano Nacional de Implantação de UBS para Equipes de Saúde da Família (construção) e Programa de Requalificação de UBS (reforma e ampliação), além de alteração de endereço – e o subtema NASF,

com credenciamentos, alteração de equipes e retificação de tipologias, perfazendo **21,5%** das resoluções da Atenção Básica.

Estes dois subtemas, UBS e NASF, corresponderam aos subtemas que tiveram maior número de resoluções entre todas as áreas temáticas no período analisado, com **14,41%** (8,6% e 5,8% respectivamente) de todas as 2610 resoluções publicadas entre 2007 a 2014.

Seguem a estes, em maior número de resoluções, os subtemas ESB, seguidas de ACS e PSF/ESF, com resoluções sobre credenciamentos, implantação, expansão, qualificação, alteração de modalidade, seleção pública, bem como relatórios de incentivo financeiro, correspondendo a **30%** do total das resoluções de Atenção Básica no período.

As **Redes de Atenção**, agregando **404** deliberações, foi a segunda área temática com maior número de resoluções, correspondendo a **19,3%** das publicações do período 2007 a 2014.

De acordo com o **Quadro 10**, **27,48 %** das resoluções publicadas foi referente à Rede de Urgência e Emergência – RUE (**111** resoluções), nessas sobressaindo as resoluções de UPA e SAMU (**51%** e **36%**). Em seguida vieram as resoluções relativas à Rede de Atenção Psicossocial – RAPS, com **23,27%** (**94** resoluções, principalmente as relativas a CAPS (**74,5%**), as da Rede de Atenção Materna e Infantil - RMI com **12,13 %** (**49** resoluções e, destas, **75,5%** da Rede Cegonha).

A preponderância das resoluções relativas às Redes ficou no período 2012 e 2013, (**153** resoluções em ambos) sobressaindo-se em 2012 a RUE, com 41% das resoluções de urgência deste ano, e a RMI, com **24%** das resoluções publicadas neste ano. Já em 2013 sobressaíram a RAPS (**27%** das resoluções de Redes publicadas no ano).

Na **Atenção Especializada**, com **489** resoluções publicadas (**18,74%** de todas as resoluções publicadas), ocorreram algumas deliberações importantes para a condução e qualificação das ações de Atenção Especializada no Estado, abordando Oftalmologia (**20%**) e destas **15,1%** para o Projeto Olhar Brasil, principalmente para o ano 2013, com pouco mais de **77%** das resoluções de Oftalmologia neste ano.

Além destas, sobressaíram-se as resoluções relativas a leitos de **UTI, UCI, UCINCo, UCINCa** e **UTIN**, que perfizeram um total de **77** resoluções no período, ou seja, **15,75%**.

Outro subtema responsável por importantes deliberações para a condução e qualificação das ações de MAC no Estado foi Traumato-ortopedia/TOM, com **10,4%** das resoluções publicadas, às custas principalmente do ano 2013 (**96%** das resoluções deste subtema no ano).

Ressaltaram-se também as resoluções referentes a Saúde Bucal (**9,41%**), Laqueadura Tubária e Vasectomia (**8,59%**) e Atenção Domiciliar (**8,38%**).

Do ponto de vista dos anos do período, a maior concentração das resoluções da Atenção Especializada ocorreu em **2013**, com **174** resoluções publicadas, o que correspondeu a **35,6%** das resoluções desta área temática no período de 2007 a 2014, que, como já exposto, se deveu principalmente aos subtemas: Oftalmologia, Traumato-ortopedia/TOM e leitos de UTI, que englobaram **30,9%** das resoluções nesse ano.

A **Assistência Farmacêutica** apresentou um total de **78** resoluções, correspondendo a **3%**, mais da metade delas relativas a Recurso Financeiro (53,8%), seguidas das relacionadas a Medicamentos (37,2%).

Na área da **Vigilância e Proteção da Saúde**, com **274** resoluções publicadas (**10,5%** do total de resoluções do período), destacaram-se o subtema Vigilância Epidemiológica, com **132** resoluções (**48,18%**), seguido da Vigilância Sanitária e Ambiental, com **26,28%**.

Destacaram-se ainda como pontos de pauta na CIB a solicitação de remoção de servidores do Ministério da Saúde e da Fundação Nacional de Saúde – FUNASA, cedidos à Secretaria Estadual de Saúde da Bahia – SESAB, correspondendo a **52,3%** das resoluções da Vigilância Epidemiológica.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com uma média anual de **326** resoluções publicadas, a CIB-BA mostrou o resultado de sua atuação como espaço de co-gestão, prosseguindo na busca da consolidação de uma gestão do SUS compartilhada.

As **2610** resoluções publicadas nesse período evidenciaram um crescimento em quase todos os anos, com exceção de 2011 e 2014, o primeiro ano podendo ter ocorrido em função da diminuição do número de reuniões da CIB, o que teria demandado, um menor número de resoluções, além estar relacionado à mudança de gestão federal e estadual.

Em 2014 o decréscimo ocorreu muito em função da redução do número de resoluções da Atenção Básica, a partir da medida adotada pelo MS de não exigir mais publicação de resolução para aprovação de recurso nos Estados relacionado a construção, ampliação e reforma de UBS.

Concentrando-se nas três áreas temáticas da atenção e na gestão, acompanhando assim a concentração das resoluções, os principais assuntos discutidos nas reuniões da CIB podem ter se dado em virtude de maior número de discussões ou por estar relacionado a pontos de maior demanda ministerial.

Na **Atenção Básica**, área com o maior número de resoluções publicadas (**701**), com quase 30% do total de resoluções publicadas no período, mais de 50% destas foi relacionada ao Plano Nacional de Implantação de UBS para Equipes de Saúde da Família (construção) e Programa de Requalificação de UBS (reforma e ampliação), além de alteração de endereço, bem como aos credenciamentos, alteração de equipes e retificação de tipologias de NASF.

Estes dados sugerem que a Bahia avançou na Atenção Básica, no que diz respeito à estruturação física, investindo mais em novas unidades e na adequação das unidades já existentes, bem como em sua qualificação, com a implantação dos NASF. Ressalta-se que este movimento foi respaldado também pelo fomento do MS, através de financiamento federal, com aprovação nas bipartites.

Soma-se a isto a aprovação de importantes e estratégicas resoluções, que revelam os movimentos no Estado em relação à Atenção Básica para alcançar uma etapa de maior ampliação e qualificação de serviços nesse nível de atenção, tais como credenciamentos e incentivos financeiros para a Estratégia Saúde da Família, credenciamentos e seleção pública para ACS, assim como credenciamentos, qualificações e alterações de ESB, subtemas que, juntamente com o agrupamento das

resoluções que englobam PSF, ESF, ESB, USB, ACS e NASF, alcançaram mais de 30% das resoluções de atenção básica publicadas no período.

Já nas **Redes de Atenção**, os anos 2012 e 2013 se constituíram em um divisor de águas para o complexo processo de organização das redes no Estado, quase 40% das resoluções sobre redes publicadas pela CIB no período.

Tais números se devendo principalmente às redes de Urgência e Emergência, que ficou em primeiro lugar em número de resoluções em todo o período, de Atenção Psicossocial e de Atenção Materna e Infantil, esta última tendo a Rede Cegonha como principal ponto de discussão. Tal fato pode ter sido estimulado em virtude da publicação de Portarias do MS aprovando as respectivas Redes Cegonha, de Urgência e Emergência, e de Atenção Psicossocial.

Estes dados evidenciam o empenho dos gestores estaduais e municipais em buscarem a viabilização das Redes de Atenção à Saúde através das resoluções, motivadas pela Política Nacional de fomento à estruturação de Redes de Atenção. Assim, resoluções de ordem estratégica trouxeram importantes deliberações, tais como a instituição do Grupo Conductor de Redes do Estado da Bahia, o carro-chefe da condução das Redes no Estado, aprovações de plano estadual de redes e de planos regionais.

Tratando-se das resoluções da **Atenção Especializada**, quase **20%** das resoluções publicadas no período, sendo o terceiro grupo com maior número de resoluções, sobressaiu o ano 2013, com **35,6%** das resoluções, às custas principalmente das resoluções de Oftalmologia, pelo grande número de resoluções do Projeto Olhar Brasil.

Seguem-se a esta especialidade as de traumato-ortopedia, em função da Portaria GM/MS nº 880, de 16 de maio de 2013, que define adesão à Estratégia de aumento ao acesso aos procedimentos de Traumato Ortopedia de Média Complexidade e as resoluções sobre leitos de UTI, incluindo-se aí as de UCI, UCINCo, UCINCa e UTIN, estreitamente relacionados à Rede Cegonha.

O destaque das Resoluções de UTI e UCI em relação às resoluções de Atenção Especializada demonstra também, além das portarias ministeriais, o protagonismo do Estado, diante da necessidade identificada de ampliação dos leitos para atendimento à população baiana.

As habilitações das especialidades de Atenção Especializada evidenciam um aumento dos serviços de maior custo e/ou complexidade no estado, chamando a atenção, no ano de 2014, os dados da Atenção Domiciliar, apontando para uma tendência à expansão da Atenção Domiciliar no Estado. Este fato pode ter se dado em decorrência da redefinição da Política Nacional de Atenção Domiciliar que ampliou o acesso para financiamento pelo Ministério da Saúde para adesão de municípios ou agrupamento de municípios com população acima de 20000 habitantes ao Serviço de Atenção Domiciliar (Portaria Nº 963 GM/MS, de 27 de maio de 2013, que redefine a Atenção Domiciliar no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS)), ainda que o Estado tenha começado a estruturar a sua Rede no ano de 2012.

A **Gestão**, com segundo maior número de resoluções no período, representando também cerca de **22%** das resoluções do período, deu importantes passos no que diz respeito ao apoio à gestão, com a publicação de resoluções estratégicas para esse fim, às custas principalmente de projetos para aquisição de equipamentos/material permanente para atenção especializada, conforme Portaria 2198/2009 do GM/MS, (principalmente nos anos 2010, 2011 e 2012), e propostas para projetos de aquisição de material permanente por Emendas Parlamentares, (2010 e 2011 principalmente), com cerca de 15 % para cada.

Já as resoluções de Recurso Financeiro se deveram mais à transferências dos recursos do teto financeiro federal de média e alta complexidade (MAC) entre municípios, referentes aos agregados ambulatoriais pactuados na PPI 2010, principalmente nos anos 2011 e 2012.

Dois aspectos importantes para o aprimoramento da **gestão** do SUS no Estado também foram discutidas no período analisado, com deliberações publicadas em resoluções, na trilha do fortalecimento da regionalização: a aprovação das Regiões de Saúde do Estado da Bahia e a instituição das Comissões Intergestores Regionais.

Com relação às resoluções relacionadas à PPI, a aprovação da conformação da Comissão ligada ao GT PPI, para realizar estudo de avaliação sobre a programação do ajuste da PPI/2010, deixa à mostra, decorridos dois anos deste ajuste, a complexidade da distribuição dos recursos para o nível de atenção de média e alta. De fato, trata-se de um processo que, via de regra, exige elevados montantes de recurso financeiro, ficando sempre aquém das necessidades da população. Por outro lado, exige também uma organização cada vez mais clara, definida e compartilhada da oferta desses serviços no Estado.

Outro aspecto, referente à **Regulação**, foi a regulamentação do transporte intermunicipal de pacientes com alta hospitalar e interhospitalar, a implantação da Central de Regulação Estadual de leitos de regiões. Além disso as contratualizações, processo que veio se aprimorando com reajustes de valores da tabela SUS para o Estado.

Para a **Assistência Farmaceutica**, com um número não tão expressivo de resoluções publicadas, a área temática com o menor percentual de resoluções (**3,0%** das resoluções publicadas), o direcionamento das discussões para a aplicação de recursos em saldo suscita dois aspectos: de um lado, a fragilidade que pode parecer no gerenciamento do recurso por parte de alguns municípios. De outro lado, a preocupação dos gestores de ambas as instâncias, estadual e municipal, em reaplicar o saldo de recurso de anos anteriores, redimensionando sua utilização por meio de planos de aplicação para cada município, obedecendo a suas necessidades e especificidades, buscando assim recuperar a não utilização do recurso, mediante a otimização do uso do mesmo em saldo.

A **Gestão do Trabalho e Educação Permanente**, ainda que tenha obtido o percentual de apenas **3,6%** das resoluções publicadas, apresentou, mediante **69%** das resoluções publicadas, passos importantes na condução da qualificação da gestão do trabalho e educação permanente no Estado, através dos Programas de Gestão do Trabalho e Educação em Saúde, sobressaindo-se aí o PET-Saúde.

Finalizando, a **Vigilância e Proteção da Saúde**, com **10,5%** das resoluções, ficando em quinto lugar em número de resoluções publicadas, num olhar mais cuidadoso este percentual não indica o que poderia suscitar à primeira vista, como uma área que teve uma atuação pouco resolutiva. Ao contrário, pode estar evidenciando uma área que se encontra em uma posição mais confortável, no momento atual da gestão do SUS no Estado, por estar em uma fase de prosseguimento de muitas das ações cujas resoluções precederam às desse período.

Isso se dá certamente em função de uma história de estruturação das ações da Vigilância, que vai desde o começo da descentralização do SUS no Estado, muito ajudado pelo aporte de recurso financeiro federal, de forma a corresponder mais às necessidades da Área, do que o recurso repassado para as outras áreas, pelo menos nas primeiras fases da descentralização.

Concluindo, com esse empenho, gestores das duas instâncias de gestão, estadual e municipal, buscaram encaminhar conjuntamente importantes pontos de interesse para a Saúde no Estado, de forma cada vez mais articulada entre os gestores e respaldada nas diretrizes e instrumentos legais de orientação de normatização deste Sistema.

APÊNDICE A

COMPOSIÇÃO DOS MEMBROS DA CIB 2007-2014

APÊNDICE B

PRINCIPAIS ASSUNTOS DEBATIDOS EM REUNIÕES DA CIB NO PERÍODO DE 2007-2014.

TEMA	GESTÃO	
SUBTEMA	Regionalização	
CATEGORIA/SUBCATEGORIA	<p>PDR: mudança de municípios entre (micro) regiões; regiões de saúde; Comissões Intergestores Regionais</p>	<p>PPI: comissão para discussão; parâmetros ambulatoriais e hospitalares; agregados ambulatoriais; classificação de unidades hospitalares; critérios e metodologia para a programação hospitalar e ambulatorial de média complexidade; GT PPI; Regimento interno e consenso do GT; Termo de Responsabilidade Sanitária; fluxo e modelo de ofício para demandas de adequação de PPI.</p>
SUBTEMA	Modalidade de Gestão	
CATEGORIA/SUBCATEGORIA	<p>Pacto pela Saúde:</p> <ul style="list-style-type: none"> ❖ Pacto pela Vida: Programação das Ações Prioritárias de Vigilância em Saúde; comissão de acompanhamento, avaliação e monitoramento; fluxo de adesão; critérios gerais; diretrizes, objetivos, metas e indicadores do SISPACTO; indicadores estaduais e municipais; prorrogação de prazo para pactuação; ❖ Pacto de gestão: Termo de Compromisso de Gestão Municipal e Estadual/homologação, desabilitação. 	<p>COAP (Contrato Organizativo de Ação Pública): comissão para operacionalização da implantação.</p>
SUBTEMA	Processo de Gestão	
CAT./SUBC.	<p>Comando único: critérios e assunção; repasse; fluxo de solicitação.</p> <p>Termo de Compromisso entre Entes Públicos – TCEP: prorrogação automática; aprovação; renovação.</p>	<p>Gestão de unidades/recurso: rede própria sob gestão estadual; transferência de gestão municipal para estadual; definição do valor de custeio de unidade; transferência de gestão de recurso de doação/transplante de município para estado; municipalização da gestão.</p>
SUBTEMA	Planejamento	
CAT./SUBC.	<p>Instrumentos de gestão: relatórios; fluxos; prazos; orientações sobre elaboração.</p>	<p>PlanejaSUS: grupos de trabalho; planos de trabalho.</p>
SUBTEMA	Relação Interfederativa	
CATEGORIA/SUBCATEGORIA	<p>Contribuição institucional ao CONASEMS: operacionalização de cessão de crédito.</p> <p>CIB: comissão de reformulação do regimento interno; aprovação de regimento; composição/alteração de Câmara Técnica.</p> <p>Colegiado de Gestão Regional – CGR/ Comissão Intergestora Regional – CIR: criação.</p>	<p>Relação Interestadual: regimento de co-gestão; solicitação de ampliação do teto financeiro de média e alta complexidade de município para ampliação da rede de serviços e atendimento à Rede de Atenção Interestadual Bahia-Pernambuco.</p>
SUBTEMA	Gestão Participativa	
CAT./SUBC.	<p>ParticipaSUS: repasse de recurso.</p>	
SUBTEMA	Recurso Financeiro	
CATEGORIA/SUBCATEGORIA	<p>Alocação, realocação, distribuição, redistribuição, restituição de teto: distribuição/redistribuição de valor MAC; reincorporação; restituição de recurso; ressarcimento de recurso referente à glosas; alocação de recurso no Fundo Estadual de Saúde referente a déficit acumulado do 'Saúde em Movimento'.</p>	<p>Alteração, transferência, remanejamento de teto: repasse FES/FMS; incorporação de recurso e aumento de valor MAC; reajuste de valor de tabela SUS; solicitação ao MS do Incremento do Teto; remanejamento de teto entre municípios e entes federados; alteração do Limite Financeiro Federal; recomposição de teto; encontro de contas entre Estado e municípios.</p>

SUBTE MA	Informação em Saúde	
CATEGORIA/ SUBCAT	Sistemas de Informação: envio de banco de dados do SIA, SIH, SCNES, SIAB; termo de adesão para recebimento de equipamento de informática para SI-PNI e SINAN; municípios que não dispõem de condições técnicas e/ou operacionais de encaminharem as bases de dados diretamente ao DATASUS, cabendo à SESAB o envio; solicitação de prorrogação do prazo para encaminhamento ao MS, informação de equipes de PSF/PACS cadastradas no CNES; lista de municípios sob responsabilidade da SESAB incluindo a atualização, manutenção e envio de banco de dados do SIAB.	Rede de Informação: implantação da Rede Interagencial de Informação para a Saúde – RIPSAs; QUALISUS - Rede.
SUBTE MA	Apoio à gestão	
CATEGORIA/ SUBCATEGORIA	Apoio à Infra estrutura: ❖ Projetos: Projeto de aquisição de equipamentos junto ao FNS; logomarcas; Projeto de Reforma do Sistema de Saúde; inclusão de municípios no Projeto de reforma do sistema de saúde do Estado; municípios pleiteando junto ao MS convênios e projetos, sem necessidade de aprovação da CIB. ❖ Emenda Parlamentar – EP: proposta/projeto de aquisição de equipamentos e material permanente por Emenda Parlamentar - EP (atenção básica, centro de especialidades, CEO, Hospital); proposta de construção por EP (UBS, policlínica, nova sede SAMU, Hospital, centro de especialidades);	Apoio Financeiro: inclusão de unidade para pagamento diferenciado de pessoa jurídica; Programa de apoio financeiro para aquisição de ambulâncias; ata de registro de preço para aquisição de medicamentos e mobiliário hospitalar. Projeto Saúde Bahia: alteração/acréscimo do valor do Termo de Compromisso; extensão do prazo do Termo de Compromisso; adesão de municípios ao Projeto.
SUBTE MA	Regulação	
CATEGORIA/ SUBCATEGORIA	Política; Complexos reguladores: transporte intra, intermunicipal e inter-hospitalar; implantação de Central de Regulação Estadual de Leitos de Regiões; Proposta de Incentivo Financeiro de Investimento, custeio e de aquisição de equipamentos para Central de Regulação. TFD	Contratualização, controle e avaliação: contratualização; planos operativos; avaliação e controle; alteração, remanejamento de cadastro do SCNES; Comissão do processo Avaliação da Situação de Saúde de município; inserção de unidades municipais no Sistema Nacional de Cadastro de Estabelecimentos de Saúde – SCNES como unidades de gestão dupla; unidades que tem contrato com SESAB e SMS; tabela SESAB; reajuste de valor da tabela SUS p/ o estado.
TEMA	GESTÃO DO TRABALHO E EDUCAÇÃO PERMANENTE	
SUBTE MA	Recurso financeiro; política; planos; critérios	
CAT./ SUBC	SEM CATEGORIAS/SUBCATEGORIAS	
SUBTE MA	Qualificação	
CATEGORIA/ SUBCATEGORIA	Nível superior: curso de qualificação de gestores; especialização (Administração hospitalar e Gestão de Sistemas em Serviços de Saúde, Saúde da Família, Gestão da Atenção Básica); residência; critérios de elegibilidade de representante municipais em curso de capacitação (Saúde Bucal para atenção às pessoas com deficiência); comissão e programa de residência; implantação de cursos de graduação em medicina em municípios indicados pelo MEC.	Nível Técnico: recurso para formação técnica em ACS; remanejamento de recurso da Portaria 1996/2008 para formação de técnicos em saúde bucal; PROFAPS; técnico em higiene dental, agentes de vigilância em saúde; Curso Técnico em Citopatologia; Prótese Dentária; Vigilância em Saúde; Curso Técnico de Radiologia para trabalhadores da rede própria hospitalar da SESAB.
SUBTE MA	Programas de Gestão do Trabalho e Educação em Saúde	
CATEGORIA/ SUBCAT.	PROGESUS: projetos. PET – Saúde: ❖ PET – Saúde; ❖ PET – Saúde Redes; ❖ PET – Saúde VS; ❖ PET–Saúde Mental/Crack, Álcool, outras drogas.	Pró-Saúde & PET – Saúde: projetos. Comissão de Integração Ensino e Serviço – CIES: proposta do Regimento Interno da Comissão; substituição de membros.
TEMA	ATENÇÃO BÁSICA	

SUBTE MA	Assuntos gerais	
CAT./ SUBC.	Diretrizes, princípios, projetos: Diretrizes, os princípios e estratégias estaduais, modelos de projetos e fluxos para credenciamento, trâmites para solicitação de apoio da SESAB.	FESF: programa e diretrizes para contratualização de municípios.
SUBTE MA	NASF	
CAT./ SUB CAT.	Diretrizes, critérios: diretrizes estaduais e assuntos relacionados a critérios e revisão de projeto.	Alteração/retificação de equipe; conversão de núcleo: composição; tipologia; modalidade; carga horária.
	Credenciamentos: Credenciamento/descredenciamento de Consórcio: aprovação.	
SUBTE MA	PSF/ESF	
CAT./ SUB CAT.	Credenciamento e descredenciamento: aprovação.	Incentivo financeiro: relatórios; discussão de repasse de contrapartida; habilitação de municípios para recebimento de incentivos para manutenção de equipes do PSF.
SUBTE MA	ACS	
CAT./ SUBC.	Seleção pública.	Credenciamento: aprovação.
SUBTE MA	ESB	
CAT./ SUBC.	Credenciamento, implantação, expansão e qualificação: aprovação.	Alteração; qualificação & alteração de equipe: modalidade
SUBTE MA	PSF/ESF/ESB/USB/ACS	
CAT./ SUBC.	Implantação; expansão; qualificação; credenciamento; ampliação.	
SUBTE MA	Eq CR	
CAT./ SUBC.	Credenciamento.	
SUBTE MA	UOM	
CAT./ SUBC.	Credenciamento, Projeto para aquisição do Componente Móvel.	
SUBTE MA	UBS	
CAT./ SUBC.	Construção (Plano Nacional de Implantação de UBS para Equipes de Saúde da Família): repasse de recurso de incentivo para construção.	Ampliação (Programa de Requalificação de UBS): repasse de recurso de incentivo para ampliação.
	Reforma (Programa de Requalificação de UBS): repasse de recurso de incentivo para reforma.	Alteração de endereço: justificativa formal.
SUBTE MA	ACD	
CAT./ SUBC.	Construção: segunda e terceira parcela.	Alteração de endereço: justificativa formal.
SUBTE MA	TELESSAÚDE	
CAT./ SUBC.	Comitê, Núcleo: Comitê gestor estadual; Núcleo do Telessaúde.	Projetos; planos; repasse de recurso.
SUBTE MA	Programa de Compensações de Especificidades Regionais – CER	
CAT./ SUBC.	Projeto; critérios; relação de municípios.	
SUBTE MA	PROVAB	
CAT./ SUBC.	Planos: Plano de Trabalho para o uso do recurso de incentivo de custeio.	
SUBTE MA	PMAQ - AB	
CAT./ SUBC.	Adesão, acesso às bases de dados: Adesão ao Programa; acesso às bases de dados do processo de avaliação externa.	
SUBTE MA	Programa Saúde na Escola – PSE	
CAT./ SUBC.	Projetos, recursos: Lista de municípios para recebimento de recurso; projetos.	
TEMA	REDES DE ATENÇÃO	
SUBTE	Assuntos Gerais	

MA		
CAT./SUBC.	Grupo condutor de redes: instituição; alteração, representação, regimento interno.	Plano de ação das Redes: Prazo alteração de Plano de ação das Redes.
SUBTE MA	Rede de Atenção Materna e Infantil - RMI	
CAT / SUB CAT	PHPN: Termos de Adesão.	Rede Cegonha - RC: ❖ Planos, GC, recursos: Grupo Condutor RC; plano de ação estadual e de regiões; regiões de implementação; recursos repassados – Componente Pré-Natal da Rede Cegonha.distribuição de equipamentos para UTI e UCI neonatal; habilitação de cuidados intermediários neonatal; plano de ação regional; plano aditivo ao Plano RC. ❖ Habilitação: habilitação de leitos de gestação de alto risco; habilitação de Unidade do Sistema Estadual de Referência Hospitalar em Atendimento Secundário e Terciário à GAR; Centro de Parto Normal; transferência da unidade referência para CPN; exames do Componente Pré-Natal da RC; Programa Nacional de Triagem Neonatal; mudança da habilitação da Bahia da fase II para III no Programa Nacional de Triagem Neonatal; referência hospitalar em atendimento secundário a gestante de alto risco.
SUBTE MA	Rede de Urgência e Emergência – RUE	
CAT./SUBC.	Diretrizes, componentes e critérios, planos: plano de ação da rede; alteração do componente hospitalar no Plano de Ação da Rede.	SAMU: implantação; habilitação; ampliação de SAMU Regional; Projeto de Regionalização; recurso de contrapartida estadual; regulação de SAMU regional; ampliação das Unidades de Suporte Básico; co-financiamento de unidades de suporte avançado.
	Implantação, habilitação, estruturação: unidade do Estado na Rede Nacional de Emergência; Proposta de Adequação de Ambiente e Aquisição de Equipamentos para a Unidade de Hospital do Estado; Central de Regulação de Urgências; implantação das Salas de Estabilização.	UPA: implantação; mudança (proponente, tipologia e endereço); repasse de recurso de incentivo para construção e custeio; co-financiamento; remanejamento de recurso; qualificação de UPA.
		AVC: Centro de Atendimento de Urgência aos Pacientes com Acidente Vascular Cerebral – AVC.
SUBTE MA	Rede de Atenção Psicossocial – RAPS	
CATEGORIA/ SUBCATEGORIA A	Planos, rede e recurso financeiro: Planos de ação da Rede; Rede do Estado; metodologia dos desenhos regionais da Rede.	CAPS: credenciamentos; habilitação; implantação; reclassificação; contratualização; distribuição e repasse de recurso financeiro ao município; cessão de CAPS do estado para município.
	Serviço hospitalar de referência e hospital dia: habilitação, implantação.	Serviços Residenciais Terapêuticos – SRT: credenciamento; habilitação.
SUBTE MA	Rede de Atenção a Portadores de Deficiência Física – RAPDF	
CAT./SUBC.	Habilitação/desabilitação: CER; serviço de reabilitação física; Núcleo de Atendimento à Criança com Paralisia Cerebral.	Diretrizes, projetos: Diretrizes da Rede de Cuidados à Pessoa com Deficiência; Projetos para Celebração de Convênio com o Ministério.
SUBTE MA	Rede de Atenção ao Portador de Doenças Crônicas – RAPDC	
CATEGORIA/ SUBCATEGORIA	Qualificação Nacional em Citopatologia na prevenção do câncer do colo do útero – Qualicito: habilitação de laboratórios para execução e de laboratórios para avaliação de serviços; transferência de recursos financeiros federais (MAC) dos municípios que aderiram ao ajuste do Qualicito para municípios com laboratórios habilitados; fluxo e periodicidade para Monitoramento Externo de Qualidade entre os Laboratórios.	Linha do Cuidado do Sobrepeso e Obesidade: ❖ Diretrizes, componentes e critérios: construção dos Planos Regionais; ❖ Habilitação: unidade em alta complexidade ao paciente de obesidade.
	Linha de Cuidado da Doença Renal Crônica: diretrizes; componentes e critérios para construção de Planos Regionais.	
SUBTE MA	Rede de Alta Complexidade/AC Saúde Auditiva	
CAT./SUBC.	Habilitação; credenciamentos.	
SUBTE MA	Rede de Alta Complexidade/AC Cardiovascular	
CAT./SUBC.	Habilitação/solicitação de habilitação: Serviço de Assistência de Alta complexidade em:	

SUB CAT.	cardiovascular; Cardiovascular Pediátrico; procedimentos endovasculares; procedimentos endovasculares extra cardíacos.	
SUBTE MA	Rede de Alta Complexidade/AC Neurologia	
CAT./ SUBC.	Rede: proposta de Rede; aprovação da rede estadual.	Habilitação, desabilitação, credenciamento: neurologia e neurocirurgia.
SUBTE MA	Rede de Alta Complexidade/AC Queimados	
CAT./ SUBC.	Rede: Proposta de Rede.	Habilitação: aprovação.
SUBTE MA	Rede de Alta Complexidade /AC Oncologia	
CAT./ SUB CAT.	Rede: proposta de Rede; subrede de radioterapia; inserção de unidade na Rede. Estruturação física e financeira: proposta de implementação da capacidade instalada em radioterapia; solicitação ao Ministério da Saúde de incremento de recurso financeiro.	CACON, UNACON, outros serviços: credenciamento/habilitação/ implantação de serviço; mudança de classificação de serviço; implantação/inserção da UNACON no âmbito da Rede de Atenção a Pessoas com Doenças Crônicas do Estado da Bahia.
SUBTE MA	Rede de Alta Complexidade/AC Oftalmologia	
CAT./ SUB CAT.	Rede: proposta de Rede; proposta de rede de reabilitação visual.	Habilitação, solicitação de habilitação, inclusão de serviços: aprovação Reabilitação visual
SUBTE MA	Rede de Alta Complexidade/AC Nefrologia	
CAT./ SUBC.	Habilitação: Inserção de unidades na Rede; habilitação de serviço (TRS).	
SUBTE MA	Rede de Alta Complexidade/AC Traumatologia-ortopedia	
CAT./ SUBC.	Rede: proposta da Rede estadual.	Habilitação: unidade de referência em assistência em traumatologia e ortopedia adulto e pediátrica.
SUBTE MA	Rede de Alta Complexidade/AC Terapia Nutricional	
CAT./ SUBC.	Habilitação, credenciamento: aprovação.	
TEMA	ATENÇÃO ESPECIALIZADA	
SUBTE MA	Diretrizes.	
CAT./ SUBC.	SEM CATEGORIAS/SUBCATEGORIAS	
SUBTE MA	Atenção à Saúde Bucal	
CAT./ SUBC.	LRPD: implantação; credenciamento; exclusão e inclusão de municípios do Plano de Expansão dos Laboratórios de Próteses Dentárias. CEO: implantação; habilitação; credenciamento; descredenciamento; critérios para habilitação; alteração de tipologia, modalidade.	LRPD/CEO: credenciamento; Plano de Expansão dos Laboratórios de Próteses Dentárias na Bahia; recurso para incremento de novos municípios no Plano de Expansão dos LRPD.
SUBTE MA	Leitos de UTI/UCI/UCINCo/UCINCa/UTIN	
CAT./ SUBC.	Critérios: valor referencial para credenciamento de leitos. Habilitação /credenciamento: UTI Adulto Tipo I, II, pediátrica, Neonatal, UTIN, UCI, UCINCo, UCINCa, Unidade coronariana.	Ampliação, qualificação, reclassificação: aprovação.
SUBTE MA	Cirurgias eletivas	
CAT./ SUB.	Recurso financeiro: ❖ Critérios, remanejamento, alocação: Critérios de redistribuição de recurso; remanejamento do saldo orçamentário e recursos entre componentes; alocação dos recursos financeiros; ❖ Valores diferenciados: Tabela de Valores Diferenciados da Tabela Unificada do SUS para procedimentos cirúrgicos eletivos; prazo para avaliação de desempenho e vigência de tabela de valores diferenciados.	Projetos: definição de área de abrangência; homologações.
SUBTE MA	Laqueadura tubária e vasectomia	
CAT./ SUBC.	Fluxograma.	Credenciamento, habilitação, implantação: aprovação.

SUBTE MA	Saúde Auditiva	
CAT./ SUBC.	Credenciamento, habilitação de serviço: aprovação.	
SUBTE MA	Nefrologia/Terapia Renal Substitutiva - TRS	
CAT./ SUBC.	Credenciamento, habilitação de serviço: aprovação.	municipalização da gestão ; Alocação de recurso
SUBTE MA	Hospital de Pequeno Porte - HPP	
CAT./ SUBC.	Política estadual;	Habilitação/credenciamento e adesão de municípios: aprovação.
SUBTE MA	Hospital Filantrópico	
CAT./ SUBC.	Recurso financeiro: solicitação de recursos ao Ministério da Saúde.	Programas de contratualização: Programa de contratualização de hospitais filantrópicos; Programa estadual de reestruturação e contratualização dos hospitais filantrópicos.
SUBTE MA	Atenção Domiciliar	
CAT./ SUBC.	Projetos e contratos: proposta de expansão; projeto; fiscalização do contrato; alteração da conformação de SAD, fiscalização de contratos de oxigenoterapia para municípios em gestão plena. Habilitação, desabilitação: aprovação em hospitais da rede própria e outras unidades.	Componente de Atenção Domiciliar do Plano de Ação da RUE: detalhamento, aprovação.
SUBTE MA	Cuidados Prolongados	
CAT./ SUBC.	Apoio financeiro: Tabela de pagamento de prestação de serviços hospitalares de leitos de retaguarda.	Credenciamento, habilitação: leitos e procedimentos.
SUBTE MA	Hospital Dia	
CAT./ SUBC.	Habilitação: aprovação.	
SUBTE MA	Oftalmologia	
CAT./ SUBC.	Programa Estadual de Atenção Oftalmológica Todos pela Alfabetização – Topa; Projeto Olhar Brasil: ressarcimento aos municípios pela contratação de serviços em seu território; inclusão de município; estabelecimento que realizará procedimentos.	Glaucoma, catarata e outros: ❖ Credenciamento, habilitação e desabilitação; ❖ Redistribuição de serviços/procedimentos; ❖ Alocação dos recursos financeiros para Componente I - Cirurgia de Catarata.
SUBTE MA	Transplante de órgãos	
CAT./ SUBC.	Processo de organização: implantação do programa de tutoria em doação e transplantes; criação de organizações de procura de órgãos e tecidos – OPO; autorização de alterações do número máximo de doadores voluntários.	Gestão de recurso financeiro: repasse de incentivo aos hospitais transplantadores para captação de órgãos, transferência do processo de gestão do recurso de doação/transplante de órgãos; habilitação do repasse do incentivo financeiro para OPO.
SUBTE MA	Traumato-ortopedia/TOM	
CAT./ SUBC.	Habilitação/credenciamento: de traumato-ortopedia de média complexidade para serviços.	
SUBTE MA	Programas Estratégicos	
CAT./ SUBC.	Programa Estadual do Rastreamento do Câncer de Mama: Tabela de Valores Diferenciados da Tabela SUS para procedimentos ambulatoriais de apoio diagnóstico do Programa.	Programa de Mamografia Móvel: aprovação
SUBTE MA	Outros	
CATEGORIA/ SUBCATEGORIA	Cirurgia bariátrica: habilitação.	Reabilitação física e auditiva: Projeto para celebração de convênio.
	Videocirurgia: credenciamento/habilitação.	
	Fibrose cística: habilitação.	CR Osteogênese: habilitação.
	Saúde penitenciária: programa; plano.	Lipoatrofia Facial do Portador de HIV/AIDS: Credenciamento de Serviço para tratamento reparador.
	Videolaparoscopia: credenciamento.	
	Política Nacional de Atenção Integral à Saúde do	Saúde do Adolescente: Plano de Ação

	Homem: inclusão de municípios para desenvolvimento.	de desembolso de recurso financeiro destinado à Implantação da Caderneta.
	Imagemologia (ressonância e tomografia computadorizada): habilitação e credenciamento.	Revogação de resoluções sobre procedimentos de MAC.
	Programa Estadual de Atenção Integral às Pessoas com Albinismo no Estado da Bahia.	
TEMA	ASSISTÊNCIA FARMACEUTICA	
SUBTEMA	Assistência Farmacêutica Básica	
CAT./SUBC.	Recurso financeiro: forma de repasse e utilização de recurso financeiro; plano de aplicação e gerenciamento dos recursos; forma de utilização de recursos para estruturação dos serviços farmacêuticos; forma de pagamento de débito de contrapartida estadual.	Medicamentos: elenco de referência; inclusão/substituição de medicamentos no elenco; relatório anual; habilitação de municípios para medicamentos de saúde mental; proposta de pactuação de medicamentos para Infecções Oportunistas e Doenças Sexualmente Transmissíveis.
	Normas e gestão: Adesão aos termos da Portaria MS nº 3.237/2007; normas de execução e financiamento; mudança de pactuação da gestão da assistência farmacêutica; relatório de prestação de contas; valores e forma de pactuação de contrapartidas do Estado e Municípios; cumprimento de contrapartidas; criação do Relatório Semestral de Prestação de Contas da Assistência Farmacêutica Municipal; normas de programação e distribuição de medicamentos para municípios; ata de registro.	Programas: ❖ Medicamento em Casa; ❖ Farmácia da Bahia.
TEMA	VIGILÂNCIA E PROTEÇÃO DA SAÚDE	
SUBTEMA	Assuntos gerais	
CATEGORIA/SUBCATEGORIA	Projetos e planos, programação: Projetos; Plano de Investimento da Secretaria de Vigilância em Saúde – SVS; equipamentos de Plano de Investimento; plano de ação; Programação das Ações de Vigilância em Saúde/PAVS; Programa de Qualificação das Ações de Vigilância em Saúde/PQAVS.	
	Gestão das ações: princípios gerais; ações de competência do Estado e dos Municípios na organização, execução e gestão das ações do Sistema Estadual de Vigilância em Saúde do Estado; implantação e manutenção de ações e serviços estratégicos (Portaria GM/MS 183/2014).	
	Recurso Financeiro: transferência de recursos do teto de vigilância para município; critérios para repasse de incentivo financeiro; comissão para a discussão do incentivo financeiro de Vigilância em Saúde; Incentivo Estadual Único da Vigilância em Saúde; formulário de aplicação dos recursos; demonstrativo dos recursos e proposta de aplicação de saldo do Bloco de Vigilância e do Incentivo do Programa Nacional de DST/AIDS.	
SUBTEMA	Vigilância Epidemiológica	
CATEGORIA/SUBCATEGORIA	Campanhas de vacinação: antirrábica, idoso, pólio, contra rubéola, H1N1, Sarampo, HPV quadrivalente; repasse de recursos.	Serviço de Verificação de Óbito – SVO: proposta da rede estadual; propostas de Operacionalização da Vigilância do Óbito Materno e Infantil.
	Núcleos de VE hospitalares: relatórios; cadastramento.	Ações de Epidemiologia e Controle de Doenças – ECD: certificação.
	Doenças infecto-contagiosas: plano, metas e habilitação de municípios à política de incentivo ao programa nacional de DST/HIV/AIDS; Plano Estadual de Casas de Apoio para Pessoas Vivendo com HIV/Aids; Hepatites Virais; distribuição de equipamentos, de recursos para enfrentamento da pandemia de Influenza; proposta de organização da rede de referência para implantação do novo sistema de tratamento da Tuberculose; relação dos municípios	Agentes de Combate às Endemias – ACE: seleção; elenco de municípios elegíveis para incorporação de ACE.
		Cessão de servidores, unidades e veículos: FUNASA e MS; cessão de uso com ônus.
		Dengue: repasse de recursos para intensificação de ações de controle; manutenção de repasse de recursos; relação de municípios prioritários e elegíveis do Estado.

	prioritários e elegíveis do Estado para receberem o incentivo financeiro para Hanseníase, Tracoma, Esquistossomose, Geohelmintíases; Plano de contingência da Febre Chikungunya.	Rede de Frio: recursos financeiros de investimento para aprimoramento da Rede; critério de elegibilidade para Projeto.
SUBTE MA	Saúde do Trabalhador	
CAT./ SUBC.	Planos, projetos: plano/projeto de ação de saúde do trabalhador.	Rede de Saúde do Trabalhador: planos de ação; projetos regionais; proposta; unidades sentinela; CEREST.
SUBTE MA	Promoção da Saúde	
CAT./ SUBC.	Projetos: Projetos; Projeto Malhação com Saúde.	
SUBTE MA	Rede de Laboratório de Saúde Pública – RLSP	
CAT./ SUBC.	Estruturação: Proposta de implantação; elenco de procedimentos	
SUBTE MA	Vigilância Sanitária e Ambiental	
CAT./ SUBC.	Regulamento, critérios, propostas: regulamento técnico; critério para doação kit cloro; proposta de descarte das amostras.	Grupos de Ação Estratégica: adesão.

Fonte: Secretaria Executiva da CIB/BA.